



Governo do Estado da Bahia
**SEINFRA – Secretaria de Infraestrutura do Estado da
Bahia**

**PLANO PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS – PPQ
DAS OBRAS DE MELHORIAS DE VICINAIS**

Nome do Projeto: Programa de Restauração e Manutenção de
Rodovias do Estado da Bahia - PREMAR 2

Projeto: BIRD – P147272

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. PROGRAMA DE RESTAURAÇÃO E MANUTENÇÃO DE RODOVIAS – PREMAR 2, IMPACTOS E COMUNIDADES DESENVOLVIDAS NESTE PLANO	5
2.1. COMPONENTES DO PROGRAMA.....	6
2.2. IMPACTOS DAS OBRAS DE MELHORIAS DE VICINAIS PARA AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS PRESENTES NAS ÁREAS AFETADAS.....	6
2.3. COMUNIDADES QUILOMBOLAS DESTE PLANO.....	7
3. OBJETIVOS DO PLANO	11
4. RESPONSÁVEIS INSTITUCIONAIS DO PLANO	11
5. MARCO JURÍDICO.....	12
6. AVALIAÇÃO SOCIAL E CONSULTAS PÚBLICAS	13
6.1 AVALIAÇÕES SOCIAIS.....	13
6.2 CONSULTAS ÀS COMUNIDADES QUILOMBOLAS	14
7. CONTEÚDO DO PLANO: OBRAS E ATIVIDADES	15
8. SISTEMA DE GESTÃO DE INFORMAÇÕES E RECLAMAÇÕES.....	22
9. ATIVIDADES/ RECURSOS HUMANOS/ RECURSOS MATERIAIS.....	23
10. MONITORAMENTO DAS ETAPAS DO PLANO	26
11. AVALIAÇÃO DO PLANO	28
12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	28
13. ANEXOS.....	29
13.1 QUADRO 06 – ORÇAMENTO - ATIVIDADES E OBRAS DE SEGURANÇA SOB RESPONSABILIDADE DA CONSTRUTORA	29
13.2 QUADRO 07. RELAÇÃO DE MUNICÍPIOS, COMUNIDADES QUILOMBOLAS EXISTENTES, PARTICIPAÇÃO NAS CONSULTAS PÚBLICAS E CONTATOS.....	30
13.3 MODELO DE FICHA PARA AVALIAÇÃO SOCIAL PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS...33	
13.4 AVALIAÇÕES SOCIAIS DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS ONDE FORAM REALIZADOS OS DIAGNÓSTICOS PELA EQUIPE DE ENGENHARIA DA SEINFRA/SIT PARA A EXECUÇÃO DO PPQ.....	35

1. INTRODUÇÃO

O presente Plano para Comunidades Quilombolas – PPQ para as Obras de Melhoria de Vicinais foi elaborado dentro do marco do 2º Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias Estaduais da Bahia–PREMAR2, através do acordo de empréstimo com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). A Secretaria de Infraestrutura – SEINFRA é a responsável pelo acompanhamento e a execução das obras.

O Plano é destinado apenas a comunidades quilombolas, visto a não presença de territórios indígenas na área de intervenção do Componente 3 – Obras de Melhorias de Vicinais do Programa.

Conforme estabelecido nas Obras CREMA, o PPQ foi elaborado de acordo com o **Marco de Desenvolvimento para Povos Indígenas e Comunidades Quilombolas**, sendo parte da **Avaliação de Impacto Socioambiental – AISA** do Projeto e resultante da combinação da legislação brasileira (Federal e do Estado da Bahia) atinente aos povos indígenas e quilombolas, juntamente com a **Política Operacional de Povos Indígenas (OP/BP 4.10)** do BIRD.

A Política Operacional (OP/BP 4.10) conceitua essas comunidades tradicionais como: povos indígenas cujas organizações sociais, identidade e culturas estejam “intrinsecamente ligadas a terra onde vivem e aos recursos naturais dos quais dependem”. Neste aspecto, povos indígenas também podem ser chamados de “minorias étnicas indígenas”, “aborígenes”, “tribos da montanha”, “nações minoritárias”, “tribos listadas”, ou “grupos tribais”.

Para a finalidade desta política, o termo “Povos Indígenas” será usado de forma genérica para se referir a um grupo distinto, vulnerável, social e cultural que possua as seguintes características em diferentes graus:

- a) Auto identificação como membros de um grupo cultural indígena distinto e reconhecido enquanto tal por outros grupos sociais;
- b) Ligação coletiva a habitat geograficamente distinto ou a território ancestral na área do projeto e a recursos naturais neste habitat e território;
- c) Instituições culturais, econômicas, sociais ou políticas tradicionais separadas da sociedade e cultura dominante; e
- d) Um idioma indígena, muitas vezes diferente do idioma oficial do país ou região.

Este PPQ foi elaborado para incluir as Comunidades Quilombolas nas obras de intervenções físicas a serem realizadas nos 64 (sessenta e quatro) municípios do Componente 3, sendo que no mínimo uma comunidade tradicional será contemplada por município com as obras de melhoria de vicinais independente da votação apresentada nas Consultas Públicas.

Após as Consultas Públicas a equipe técnica da SEINFRA/SIT realizou os diagnósticos de engenharia nos 64 (sessenta e quatro) municípios mencionados anteriormente, com o objetivo de georreferenciar os trechos elencados e classificados durante as Consultas, assim como identificar os pontos críticos e suas possíveis soluções ao longo dos trechos pré-selecionados. Para realizar o diagnóstico foi solicitado apoio das prefeituras municipais, através do fornecimento de um preposto para acompanhar a equipe técnica durante os serviços.

Com a contratação da empresa projetista, através de análise em campo e tomando como referência o catálogo de obras-tipo previstas para Componente 3, constatou-se que apenas 23 (vinte e três) municípios e 23 (vinte e três) Comunidades Quilombolas serão beneficiadas pelo presente Plano. **Esse número poderá ser alterado à medida que os projetos forem concluídos.**

Logo, três situações já foram identificadas onde o PPQ poderá não ser implementado: (i) Trechos com Comunidades Quilombolas onde não há necessidade de implementação de intervenção física; (ii) Trechos com Comunidades Quilombolas onde não há solução adequada, dentre o catálogo de obras-tipo previstas para o Componente 3 e (iii) Trechos situados em territórios onde a Empresa Projetista e/ou SEINFRA/SIT constatar (via depoimento das lideranças comunitárias) que não é Quilombola.

Dos 23 (vinte e três) municípios contemplados pelo PPQ 07 (sete) pertencem ao Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território Portal do Sertão, 04 (quatro) no Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável do Território Bacia do Jacuípe, 04 (quatro) no Consórcio Intermunicipal do Vale do Paramirim e 08 (sete) no Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável do Território do Sisal.

Salienta-se que a não identificação de Territórios Indígenas neste Plano foi constatada por meio de cruzamento de informações, através de dados primários e secundários conforme descrito a seguir. Inicialmente constatou-se através de pesquisa no site da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, que 02 (dois) municípios do Componente Vicinais apresentavam Povos Indígenas – Quijingue e Tucano. Todavia, os dados levantados após efetivação dos diagnósticos *in loco* pela equipe de engenharia e por meio de contato telefônico com os municípios visando a realização das avaliações sociais, apontaram algumas divergências de informações quanto à localização e a existência de povos indígenas nestes 02 (dois) municípios. A partir da constatação dessas divergências, foi realizada pesquisa no site do IBGE e concluiu-se que as divisões destes municípios sofreram alterações, após a última atualização da Divisão Político-Administrativa do Estado da Bahia (2017) e com isto as terras indígenas Kiriri e Tuxá, localizadas nos referidos municípios ficaram inseridas no município de Banzaê não contemplado com as obras de melhoria de vicinais.

Os 64 (sessenta e quatro) municípios que participaram do Componente Vicinais foram selecionados através dos seguintes critérios: proximidade com rodovias estaduais do PREMAR 2, relação da localidade com projetos de desenvolvimento rural do Estado (a exemplo do Programa de Melhoria das Cadeias Agrícolas da CAR, o Bahia Produtiva), a existência de níveis substanciais de pobreza e presença de Consórcio Público no Território de Identidade.

As obras contemplarão a construção de pontilhões; implantação e recuperação de bueiros

tubulares e capeados simples, duplos e triplos; drenagem longitudinal; encascalhamento de rampa em locais críticos; elevação de greide, aterros, sinalização, proteção ambiental dos taludes e passagens molhadas, que serão identificadas como pontos críticos que dificultam o deslocamento das populações rurais principalmente no período de chuvas. Os trechos foram selecionados através de Consulta Pública que também evidenciou a existência de comunidades quilombolas certificadas ou não no município.

Segue lista dos 64 (sessenta e quatro) municípios selecionados por Territórios de Identidade. Vale ressaltar que as Consultas Públicas aos Municípios participantes do Componente 3 e os Diagnósticos realizados pela Equipe de Engenharia da SEINFRA/SIT já ocorreram em todos os municípios listados abaixo. Os Projetos estão sendo desenvolvidos pela Empresa Projetista e ainda não foram todos concluídos

- CDS Portal do Sertão – Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território Portal do Sertão: Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Ipecaetá, Irará, Santo Estevão, Amélia Rodrigues, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Teodoro Sampaio, Santa Bárbara, Santanópolis Tanquinho, Água Fria, Terra Nova e São Gonçalo dos Campos;
- CDS Bacia do Jacuípe–Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável do Território Bacia do Jacuípe: Capela do Alto Alegre, Capim Grosso, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pintadas, Quixabeira, Riachão do Jacuípe, Serra Preta, Serrolândia, Várzea da Roça, Várzea do Poço, Pé de Serra, Baixa Grande, Gavião e São José do Jacuípe;
- CIVARPA – Consórcio Intermunicipal do Vale do Paramirim: Boquira, Botuporã, Caturama, Dom Basílio, Érico Cardoso, Macaúbas, Novo Horizonte, Oliveira dos Brejinhos, Paramirim, Rio do Pires, Ibipitanga e Livramento de Nossa Senhora.
- CONSISAL – Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável do Território do Sisal: Barrocas, Biringinga, Candéal, Cansação, Conceição do Coité, Ichú, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santa Luz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano, Valente e Araci;

O presente documento contém a descrição do Programa PREMAR 2, das obras e os seus possíveis impactos sobre as Comunidades Quilombolas e está organizado através dos seguintes itens: Objetivo do Plano, Responsáveis Institucionais do Plano, Marco Jurídico, Informações que Compõem a Avaliação Social, Conteúdo do Plano: Atividades e Obras de Segurança e Proteção de Comunidades previstos nas ETAS do contrato de obras de responsabilidade da Construtora e Atividades da Coordenação do PPQ e fiscalização do cumprimento das Especificações Sociais das ETAS dos contratos de obras a cargo da SEINFRA/Coordenação de Meio Ambiente, Sistema de Gestão de Informações e Reclamações, Atividades / Recursos Humanos / Materiais, Monitoramento das Etapas do Plano, Avaliação do Plano, Referências Bibliográficas e Anexos.

2. PROGRAMA DE RESTAURAÇÃO E MANUTENÇÃO DE RODOVIAS – PREMAR 2, IMPACTOS E COMUNIDADES DESENVOLVIDAS NESTE PLANO

O Presente PPQ, correspondente ao PREMAR 2, é constituído por cinco componentes que serão descritos abaixo. Ressaltando que o plano vigente se aplica ao Componente 3 –

Obras de Melhorias de Vicinais.

2.1. COMPONENTES DO PROGRAMA

O Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias – PREMAR 2 será desenvolvido por meio de cinco componentes:

- **Componente 1 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL:** Este componente financiará serviços de consultoria para o fortalecimento institucional da SEINFRA/SIT para estudos, treinamentos e pesquisas relacionadas à eficiência da administração rodoviária.

- **Componente 2 – RESTAURAÇÃO E MANUTENÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS – CREMA:** Este componente incluirá a pavimentação das seções da malha estadual, englobando trechos de rodovias situadas no Sertão, na região Oeste, no Centro Baiano e no Litoral, com aproximadamente 1.700km. As obras de restauração incluirão a execução de um pavimento asfáltico, de um sistema de drenagem e dos equipamentos de sinalização adequados. As rodovias contempladas neste componente já estão implantadas.

- **Componente 3 – OBRAS DE MELHORIAS DE VICINAIS:** propõe-se a melhoria das estradas vicinais por meio de ações que garantam a trafegabilidade durante todo o ano. O componente contempla a dimensão de acessibilidade, se propondo a eliminar pontos críticos em estradas vicinais de 64 municípios, permitindo o deslocamento das populações rurais no período de chuvas. As obras contemplarão a substituição de pontes de madeira por pontes de concreto, instalação e recuperação de bueiros, drenagem longitudinal, encascalhamento de rampa e passagens molhadas.

- **Componente 4 – SEGURANÇA VIÁRIA:** As atividades de fortalecimento institucionais para a segurança viária incluem: (i) definição da estratégia de segurança rodoviária do Estado; (ii) formação e capacitação em segurança rodoviária; (iii) a criação de um banco de dados de acidente de trânsito do Estado; e (iv) apoio a criação de uma agência de segurança rodoviária da Bahia.

- **Componente 5 – GESTÃO DO PROJETO:** Objetivo de apoiar a gestão e coordenação do projeto, através de suporte financeiro à Unidade de Coordenação do Projeto – UCP e às diversas unidades responsáveis pela implantação do Programa.

2.2. IMPACTOS DAS OBRAS DE MELHORIAS DE VICINAIS PARA AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS PRESENTES NAS ÁREAS AFETADAS

Na Avaliação dos Impactos Socioambientais – AISA realizada durante a preparação do Programa, base do Marco de Desenvolvimento para Povos Indígenas e Comunidades Quilombolas – que é base para o presente PPQ - foi utilizado informações do Geobank da CPRM/SGB, a partir da edição do Mapa de Geodiversidade do Estado da Bahia. Também foram realizadas pesquisas em sites da Fundação Cultural Palmares.

Considera-se que os impactos negativos das Obras de Melhorias de Vicinais são de baixa significância, pois as intervenções físicas serão direcionadas para melhorias de pontos críticos em estradas rurais não pavimentadas, favorecendo o acesso dos produtores ao mercado e a população aos serviços de saúde e educação que garantam a trafegabilidade durante todo o ano. Os impactos negativos identificados estão associados às obras pontuais e incluem instalação e operação de alojamentos, operação de máquinas e equipamentos, desmatamento e limpeza do terreno, abertura de caminhos de serviços,

áreas de apoio, empréstimos e bota-fora, exploração de materiais de construção, drenagem e obras de arte correntes e o acréscimo populacional temporário.

No tocante aos pontos positivos, destaca-se, primeiramente, a melhoria da trafegabilidade, aliada a redução de tempo no deslocamento das comunidades quilombolas para os seus respectivos municípios ou localidades vizinhas, garantindo a melhoria na qualidade de vida e mais acesso aos serviços básicos que nem sempre estão situados nestes territórios. Outro aspecto positivo também a ser observado é a maior dinamização da economia local, tanto para quem trabalha nas cidades quanto para os núcleos familiares que cultivam algum gênero agrícola ou pecuária e dependem das rodovias vicinais para um melhor escoamento de suas produções.

As ações de mobilização e participação para as comunidades quilombolas têm como finalidade evitar ou mitigar os impactos negativos citados acima. Observando a sinergia entre os impactos possíveis de serem provocados pelas obras de melhorias de vicinais nas comunidades quilombolas interceptadas e os impactos gerados por outros já existentes na região, é possível que haverá alteração na dinâmica econômica e social dessas comunidades quilombolas.

2.3 COMUNIDADES QUILOMBOLAS DESTES PLANOS

O Quadro nº. 01 apresenta as 23 (vinte e três) Comunidades Quilombolas selecionadas nos 23 (vinte e três) municípios que apresentam comunidades tradicionais e que, a depender da conclusão dos Projetos, serão ou não contempladas pelas ações do PPQ.

Ressalta-se também que o critério de escolha não obedece exclusivamente a condição fundiária desses territórios, serem certificados ou titulados, visto a presença de 06 (seis) comunidades quilombolas que apenas se identificam como tal, mas não possuem ainda o reconhecimento da Fundação Cultural Palmares - FCP e tampouco do INCRA.

As informações referentes a todas as comunidades quilombolas participantes nas Consultas Públicas encontram-se no anexo 13.2 (quadro 07) deste documento.

Um dado importante é que não há a presença de comunidades quilombolas tituladas pelo INCRA, que garante o título de propriedade coletiva e, logo, uma maior segurança do seu território. Contudo, a ausência não está de acordo com o critério de escolha do vigente Plano. Quantitativamente a relação de quilombos titulados, em todo território nacional, é significativamente menor que os certificados.

Cabe destacar que os Projetos Básicos estão em fase de elaboração e com o avanço dos mesmos já se constatou três situações onde o PPQ poderá não ser implementado: (i) Trechos com Comunidades Quilombolas onde não há necessidade de implementação de intervenção física; (ii) Trechos com Comunidades Quilombolas onde não há solução adequada, dentre o catálogo de obras-tipo previstas para o Componente 3 e (iii) Trechos situados em territórios onde a Empresa Projetista e/ou SEINFRA/SIT constatar (via depoimento das lideranças comunitárias) que não é Quilombola.

Diante do exposto, a Construtora deverá analisar os projetos, caso a caso, a fim de verificar a necessidade de implementação dos dispositivos e execução das ações previstas neste PPQ, tendo em vista a existência ou não de intervenções físicas nos trechos das

Comunidades Quilombolas listadas a seguir. Salienta-se que essa análise deverá ser previamente justificada e apresentada pela Construtora e ter a anuência da SEINFRA/SIT.

Quadro 01. Comunidades Quilombolas Seleccionadas para o PPQ Vicinais distribuídas por Consórcio Público.

CDS – PORTAL DO SERTÃO

Municípios		Comunidades Quilombolas	Situação Fundiária		
			Certificada	Não certificada	Titulada
1	Coração de Maria	Comunidade Quilombola Cabeça de Nego	-----	X	-----
2	Irará	Comunidade Quilombola Tapera Melão	X	-----	-----
3	Amélia Rodrigues	Comunidade Quilombola da Pinguela	X	-----	-----
4	Água Fria	Comunidade Quilombola Curral de Fora	X	-----	-----
5	Antônio Cardoso	Comunidade Quilombola Paus Altos	X	-----	-----
6	São Gonçalo dos Campos	Comunidade Quilombola Bete II	X	-----	-----
7	Terra Nova	Comunidade Quilombola Fazenda Retiro	-----	X	-----

Fonte: Fundação Cultural Palmares

CDS – BACIA DO JACUÍPE

Municípios		Comunidades Quilombolas	Situação Fundiária		
			Certificada	Não certificada	Titulada
8	Capim Grosso	Comunidade Quilombola Cambueiro	X	-----	-----
9	Quixabeira	Comunidade Quilombola Alto do Capim	X	-----	-----
10	Várzea do Poço	Comunidade Quilombola de Laginha II	-----	X	-----
11	Pé de Serra	Comunidade Quilombola de Piri	-----	X	-----

Fonte: Fundação Cultural Palmares

CIVARPA

Municípios		Comunidades Quilombolas	Situação Fundiária		
			Certificada	Não certificada	Titulada
12	Novo Horizonte	Comunidade Quilombola Góis	X	-----	-----
13	Érico Cardoso	Comunidade Quilombola Paramirim das Crioulas	X	-----	-----
14	Livramento de Nossa Senhora	Comunidade Quilombola Rocinha	X	-----	-----
15	Ibipitanga	Comunidade Quilombola Castanhão	X	-----	-----

Fonte: Fundação Cultural Palmares

CONSISAL

Municípios		Comunidades Quilombolas	Situação Fundiária		
			Certificada	Não certificada	Titulada
16	Conceição do Coité	Comunidade Quilombola Maracujá	X	-----	-----
17	Biritinga	Comunidade Quilombola Vila Nova	X	-----	-----
18	Monte Santo	Comunidade Quilombola Laje do Antônio	X	-----	-----
19	Nordestina	Comunidade Quilombola Lagoa da Salina	X	-----	-----
20	Cansanção	Comunidade Quilombola Tamanduá	X	-----	-----
21	Retirolândia	Comunidade Quilombola de Lagoa Grande	-----	X	-----
22	Iehu	Comunidade Quilombola de Flor Roxa/Praianos	-----	X	-----
23	Lamarão	Comunidade Quilombola de Sítio de Santana	X	-----	-----

Fonte: Fundação Cultural Palmares

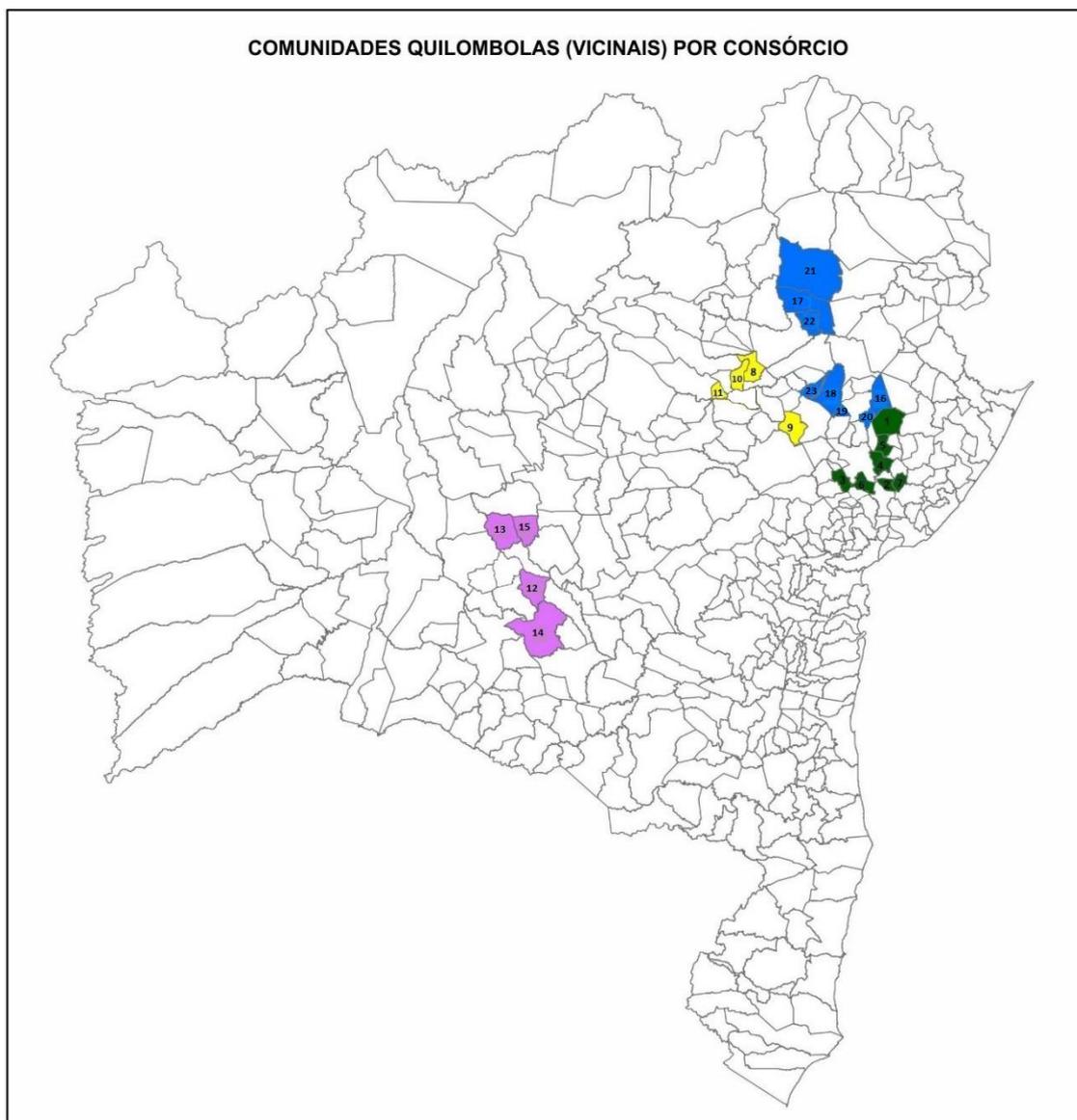
Entende-se por comunidades quilombolas:

- **Certificadas:** aquelas que possuem certidão de reconhecimento expedida pela Fundação Cultural Palmares.
- **Não Certificada:** aquelas que estão em processo de certificação (processos abertos em análise técnica ou aguardando visita técnica).
- **Tituladas:** aquelas que possuem títulos de propriedade coletiva expedida pelo INCRA.

Obs: Durante as Consultas Públicas foram identificadas comunidades que não são reconhecidas oficialmente pela Fundação Cultural Palmares, mas que se autointitulam quilombolas.

O mapa apresentado abaixo mostra as comunidades quilombolas que se encontram nos municípios contemplados com as obras de melhorias de vicinais.

Figura 1 - Mapa das Comunidades Quilombolas Presentes nos Municípios Contemplados com as Obras de Melhorias de Vicinais



MUNICÍPIOS	COMUNIDADES
CDS PORTAL DO SERTÃO	
1 Água Fria	Curral de Fora
2 Amélia Rodrigues	Pinguela
3 Antônio Cardoso	Paus Altos
4 Coração de Maria	Cabeça do Nego
5 Irará	Tapera Melão
6 São Gonçalo	Bete II
7 Terra Nova	Fazenda Retiro

MUNICÍPIOS	COMUNIDADES
CDS BACIA DO JACUÍPE	
8 Capim Grosso	Cambueiro
9 Pé de Serra	Piri
10 Quixabeira	Alto do Capim
11 Várzea do Poço	Laginha II
CIVARPA	
12 Érico Cardoso	Paramirim das Creoulas
13 Ibipitanga	Castanhão
14 Livramento	Rocinha
15 Novo Horizonte	Góis

MUNICÍPIOS	COMUNIDADES
CONSISAL	
16 Biritinga	Vila Nova
17 Cansanção	Tamanduá
18 Conceição do coité	Maracujá
19 Ichú	Flor Rocha
20 Lamarão	Sítio de Santana
21 Monte Santo	Laje do Antônio
22 Nordestina	Lagoa da Salina
23 Retirolândia	Lagoa Grande

3. OBJETIVOS DO PLANO

O PPQ tem por objetivos:

- a) Evitar, prevenir e mitigar os impactos socioambientais negativos durante as obras de melhoria de vicinais nas comunidades quilombolas contempladas neste Plano;
- b) Contribuir com a integridade territorial, social e cultural das comunidades quilombolas, e;
- c) Contribuir na acessibilidade das comunidades, após a intervenção em pontos críticos nas estradas vicinais.

4. RESPONSÁVEIS INSTITUCIONAIS DO PLANO

Para a execução, acompanhamento e supervisão do Plano, as responsabilidades institucionais são as seguintes:

SEINFRA - A Secretaria de Infraestrutura, através da Diretoria de Projetos e Programas Especiais – DPPE / Coordenação de Meio Ambiente - CMAM.

- A CMAM realizou avaliação social (anexo 13.4) com as comunidades contempladas nos diagnósticos realizados pela equipe de engenharia da SEINFRA/SIT. A mesma participou das consultas públicas de alguns municípios, assim como elaborou o presente Plano.

Empresas Construtoras

- Executarão as atividades incluídas nas Especificações Técnicas Ambientais e Sociais ETAS – Obras Vicinais e neste PPQ.

Empresa de Supervisão Socioambiental

- A empresa fará a verificação, acompanhamento e monitoramento do cumprimento das ETAS/PPQ a cargo das empresas construtoras.

Fundação Cultural Palmares - FCP

- A Fundação Cultural Palmares - FCP foi responsável por encaminhar nomes e contatos dos representantes das comunidades quilombolas.

Prefeituras Municipais / Consórcios

- As Prefeituras participaram das reuniões de planejamento das Consultas Públicas e realizaram a mobilização para a participação das Comunidades Quilombolas nessas consultas. As mesmas também disponibilizaram os nomes e contatos dos representantes das comunidades quilombolas e acompanharam em campo a equipe de engenharia da SEINFRA/SIT para realização dos diagnósticos.

5. MARCO JURÍDICO

O Plano para Comunidades Quilombolas foi elaborado seguindo as previsões do Marco de Desenvolvimento para Povos Indígenas e Comunidades Quilombolas, juntamente com a Avaliação de Impacto Socioambiental-AISA do Projeto, resultante da combinação da legislação brasileira (Federal e do Estado da Bahia) atinente aos povos indígenas e quilombolas e a Política Operacional de Povos Indígenas do Banco Mundial.

A legislação vigente referente ao Plano para os Povos Indígenas e Comunidades Quilombolas, estabelece que:

As Comunidades Tradicionais são definidas pelo **Decreto Federal nº6.040/2007** como aqueles “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

A Constituição de 1988 constitui um marco legal primordial no reconhecimento de direitos às comunidades remanescentes de quilombos. O Decreto 4.883 de 20 de novembro de 2003 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, em seu art.68, trata especificamente da questão, ao dispor: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Embora tais dispositivos sejam relevantes, quando se tratados direitos das comunidades quilombolas, outros dispositivos constitucionais merecem destaque:

A Constituição da República, em seus arts. 215 e 216, igualmente contempla direitos relacionados a tais comunidades descendentes de afro-brasileiros, estabelecendo que o Estado protegerá as suas manifestações culturais e, em especial, no art.216, §5º, afirmando que ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas de antigos quilombos.

O Decreto nº. 4.887/03 regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art.68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Instrução Normativa n.º49 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintração, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art.68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

A Portaria n.º98 da Fundação Cultural Palmares no Art.1º institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares, também autodenominadas Terras de Preto, Comunidades Negras, Mocambos, Quilombos, dentre outras denominações congêneres, para efeito do regulamento que

dispõe o Decreto nº 4.887/03.

6. AVALIAÇÃO SOCIAL E CONSULTAS PÚBLICAS

As avaliações sociais e consultas públicas são ferramentas cujo principal objetivo é priorizar ao máximo a opinião e vontade da população diretamente afetada pelas obras. A partir dos elementos extraídos desses dois momentos é que foram escolhidas não apenas as Comunidades Quilombolas contempladas para o vigente Plano, como também a construção e desenvolvimento das ações previstas no presente PPQ.

Vale ressaltar que todas as comunidades quilombolas deste PPQ estão sendo contatadas presencialmente pela Empresa Projetista em conjunto com a Coordenação de Meio Ambiente - CMAM antes da execução das obras. Neste contato está sendo firmado um Termo de Aceite referente às intervenções propostas nos seus respectivos trechos. Os Termos de Aceite só estão sendo firmados nos casos onde a Projetista, com anuência da SEINFRA/SIT, confirme a necessidade de intervenção em pontos críticos nas áreas diretamente afetadas dessas comunidades.

6.1 AVALIAÇÕES SOCIAIS

As Avaliações Sociais (anexo 13.5) foram realizadas após as Consultas Públicas nos municípios e efetivação dos diagnósticos pela equipe de engenharia da SEINFRA/SIT. Sua análise, de um modo geral, aponta para a necessidade de melhoria de acesso de seus territórios às cidades, garantindo assim o ingresso maior a bens e serviços que garantam uma melhora na qualidade de vida de seus habitantes.

A Avaliação Social considerou as seguintes informações:

- a. Nome e número de habitantes ou famílias existentes na comunidade;
- b. Situação das terras;
- c. Atividade econômica;
- d. Infraestrutura (saneamento básico, esgotamento sanitário, energia elétrica, meios de transporte, captação de águas pluviais, coleta /destinação de resíduos sólidos);
- e. Serviços públicos disponíveis para a comunidade (Escola, posto de saúde, outros);
- f. Serviço de energia;
- g. Meios de transporte que utiliza;
- h. Dificuldade de deslocamento para a Sede (município) ou outros locais; e
- i. Comunidade recebe algum benefício social (Bolsa Família, Programa Nacional de Habitação Rural, entre outros).

6.2 CONSULTAS ÀS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Resumo dos principais resultados das consultas com as lideranças/representantes das comunidades onde foram realizados os diagnósticos pela equipe técnica de engenharia da SEINFRA/SIT.

Pontos positivos

- Os representantes/lideranças das comunidades quilombolas, contatados pela Coordenação de Meio Ambiente foram receptivos ao Programa. O contato foi realizado via telefone. Apenas a comunidade Rocinha foi presencial, cujo objetivo foi a realização das Avaliações Sociais.
- Outro ponto observado foi que a maioria das comunidades contempladas pelas obras de melhoria de vicinais, possuem certidão de reconhecimento expedida pela Fundação Cultural Palmares - FCP.

Pontos negativos

- A maioria das comunidades apresentou dificuldades no que diz respeito a trafegabilidade nas estradas vicinais, principalmente no período chuvoso.
- Sobre os resíduos sólidos produzidos pela comunidade foi apresentado que os mesmos jogam em terrenos baldios ou são queimados. Apenas as comunidades: Alto do Capim, Curral de Fora, Flor Roxa e Castanhão relataram que os seus respectivos municípios fazem a coleta do lixo.

Ações

- Estima-se que a própria atividade fim do Componente 3 – Obras de Melhorias de Vicinais já cumpra com o problema de trafegabilidade em dias chuvosos, conforme apresentado nas Avaliações Sociais.
- Para os resíduos sólidos jogados em terreno baldio e queimadas, essa temática será trabalhada nas reuniões informativas a serem realizadas nas comunidades, como também outros temas relacionados às questões ambientais.

Demandas

- O representante da comunidade Cabeça do Nego, localizada no município de Coração de Maria, informou que participou da Consulta Pública realizada em Coração de Maria e na oportunidade fez a solicitação de passagem molhada e alargamento da estrada vicinal que liga as comunidades Cabeça do Nego e Água Verde, justificando a redução de tempo do deslocamento dos alunos para a escola.

Cabe destacar que dentre as demandas, a CMAM mencionou que não está previsto no escopo do Programa o alargamento de estradas vicinais.

7. CONTEÚDO DO PLANO: OBRAS E ATIVIDADES

O PPQ contemplará 03 (três) grupos de atividades que serão desenvolvidas através da articulação, mobilização e participação das comunidades quilombolas, contempladas com as obras de melhoria de vicinais:

- a) A primeira atividade refere-se às obras propriamente ditas: construção de pontilhões; implantação e recuperação de bueiros tubulares e capeados simples, duplos e triplos; drenagem longitudinal; encascalhamento de rampa em locais críticos; elevação de greide, aterros, sinalização, proteção ambiental dos taludes e passagens molhadas, que serão identificadas com os pontos críticos que dificultam o deslocamento das populações rurais principalmente no período de chuva.
- b) A segunda atividade consiste nas obras de segurança e proteção (sinalização vertical de regulamentação) e de advertência específica (em pontes, obras de artes especiais, dentre outros) às comunidades contempladas com as obras vicinais.
- c) A terceira atividade refere-se à realização de reuniões informativas com as comunidades inseridas nos trechos, que tem como finalidade apresentar o Programa dando ênfase ao Componente 3 - Obras de Melhoria de Vicinais, segurança de obra e temáticas voltadas para as questões socioambientais.

Vale ressaltar que as ações do presente PPQ serão aplicadas em 01 (uma) comunidade quilombola por município no que tange aos municípios escolhidos pelo Componente 3 - Obras de Melhorias de Vicinais e independente da votação apresentada nas Consultas Públicas.

O PPQ será executado pelas Empresas Construtoras a cargo das obras, implementado pela SEINFRA/SIT e verificado, acompanhado e monitorado pela Supervisora Socioambiental como detalhado nos Quadros 2 e 3 seguintes.

Quadro 02. Atividades e Obras de Segurança e Proteção de Comunidades Quilombolas previstas nas Especificações Técnicas Ambientais e Sociais - ETAS do Contrato de Obras de responsabilidade da Construtora.

Atividades e obras do PPQ	Período de Execução	Duração Estimativa	Número de Atividades
1.Construção de pontilhões; implantação e recuperação de bueiros tubulares e capeados simples, duplos e triplos; drenagem longitudinal; encascalhamento de rampa em locais críticos; elevação de greide, aterros, sinalização, proteção ambiental dos taludes e passagens molhadas, que serão identificadas com os pontos críticos que dificultam o deslocamento das populações rurais principalmente no período de chuvas.	Durante as obras correspondentes a intervenção.	Período de duração das obras vicinais.	Para cada município 01 comunidade quilombola será contemplada com as obras de melhorias de vicinais.
2.Confecção, instalação e manutenção de placas de identificação das Comunidades Quilombolas.	Instalação durante as obras de melhoria de vicinais.	Período de duração das obras vicinais.	02 placas para cada comunidade quilombola a ser implantada nos dois sentidos da estrada vicinal.
3.Divulgação dos Mecanismos de Gestão de Informações e Reclamações para as Comunidades Quilombolas.	Instalação durante as obras de melhoria de vicinais.	Período de duração das obras vicinais.	01placa móvel em formato de cavalete (medidas 1,80m altura por 1,15m de largura) por frente de serviço , que deverá ser removida à medida que a obra avance.
4.Impressão de cartaz informativo contendo os Canais de Comunicação e Reclamação do PREMAR 2.	Antes do início das obras.	Período de duração das obras vicinais.	05 cartazes para cada comunidade quilombola.

Atividades e obras do PPQ	Período de Execução	Duração Estimativa	Número de Atividades
5.Execução de obras de proteção e segurança das comunidades quilombolas inseridas próximas às obras nas estradas vicinais (sinalização vertical de regulamentação) e de advertência específica (em pontes, obras de artes especiais, dentre outros).	Durante as obras correspondentes a intervenção.	Período de duração das obras de proteção e segurança das comunidades.	Quantitativo a ser definido nos Projetos de Vicinais.
6.Diálogos com os funcionários e operários, visando estabelecer execução de medidas que englobem, de um modo geral, as seguintes temáticas: <ul style="list-style-type: none"> • Comportamento culturalmente adequado com as comunidades quilombolas, com especial atenção às DSTs e enfrentamento a exploração sexual infantil; • Código de conduta com as medidas disciplinares, com especial atenção, às comunidades quilombolas, a respeito à flora e fauna local, descarte adequado de resíduos sólidos e consumo consciente. 	No início de obras nas vicinais correspondentes.	Duração de 1 hora para cada diálogo.	01 Diálogo para os funcionários de cada empresa construtora. O código de conduta deverá prever item específico sobre as comunidades quilombolas.
7.Estabelecer um mecanismo de articulação com as lideranças das Comunidades Quilombolas envolvidas para entrega do folder e cartaz, bem como, participação delas na reunião informativa.	Antes do início de obras vicinais.	Período de duração das obras.	01 Contato para cada liderança das comunidades quilombolas.
8.Realização de reunião informativa, visando apresentar a comunidade quilombola o PREMAR 2, componente 3- Obras de Melhorias de Vicinais, bem como enfatizar as questões de segurança de obra e temáticas voltadas para questões socioambientais.	Antes do início das obras nas vicinais.	Período de duração das obras.	01 Reunião para cada comunidade quilombola contemplada com as obras de melhoria de vicinais.

Detalhes das obras vicinais e atividades do Quadro 2

- a) Para cada município no mínimo 01(uma) comunidades quilombola será contemplada com as obras de melhoria de vicinais do Componente 3.
- b) Cabe a Construtora a consulta à comunidade quilombola sobre a vontade da confecção, instalação e manutenção de placas de identificação das Comunidades Quilombolas. A Construtora deverá apresentar uma Declaração confirmando a vontade da comunidade, seja ela positiva ou negativa. Caso a resposta seja negativa e a comunidade não desejar a identificação, que este item não seja cumprido.
- c) As placas móveis de Divulgação dos Mecanismos de Gestão de Informações e Reclamações para as Comunidades Quilombolas deverão estar instaladas no trecho de obra em execução a partir do primeiro ao último dia de obra.
- d) O cartaz informativo sobre os Canais de Comunicação e Reclamação do PREMAR 2 deverão ser fixados nos locais de maior visitação das comunidades quilombolas (Ex: escola, posto de saúde, ponto de ônibus, mercados, associação de moradores, etc.) a partir do primeiro contato de articulação com as lideranças.
- e) Medidas para manter um comportamento adequado junto às comunidades: evitar linguagem inadequada, racista, falta de respeito pelos costumes locais, destruição de qualquer elemento que forme parte do patrimônio cultural dos povos, etc. Diálogos em formação intercultural, Código de Conduta, medidas disciplinares. Colocação de placas indicando o Mecanismo de Gestão de Informações e Reclamações que terão linguagem culturalmente adequada.
- f) Estabelecimento de medidas de manejo de risco da saúde e segurança da comunidade que poderiam ser causadas pelas atividades do projeto, equipamento e infraestrutura. Serão realizadas sensibilizações para os operários da Construtora, através de diálogos, visando o relacionamento amistoso e respeitoso com as comunidades quilombolas.
- g) Estabelecimento de medidas para evitar o potencial de exposição da comunidade a doenças transmitidas pela água, outras doenças transmitidas por vetores e infectocontagiosa (com especial destaque para as DSTs) que poderia resultar das atividades do projeto. Serão realizadas sensibilizações através de diálogo para os operários da Construtora, visando o relacionamento amistoso e respeitoso com as comunidades quilombolas.
- h) Estabelecimento e execução de um mecanismo de articulação com as lideranças quilombolas para informar sobre o PREMAR 2 – Componente 3, bem como receber reclamações, críticas e sugestões, de forma a evitar ou resolver conflitos e participar das questões relacionadas com as obras vicinais.
- i) Para a reunião informativa o técnico socioambiental deverá firmar uma parceria com as lideranças quilombolas, com a finalidade destes mobilizarem suas comunidades visando a máxima participação na referida atividade. Neste momento será discutido o local, assim como um horário mais apropriado para o público envolvido. Passado o agendamento, cabe ao Técnico Socioambiental da Construtora comunicar a SEINFRA/CMAM e Supervisora Socioambiental (Consórcio Nippon-Oikos) a programação das reuniões para que o(a) Especialista Social da Supervisora Socioambiental possa monitorar e avaliar a atividade.

Quadro 3. Atividades de coordenação do PPQ e fiscalização do cumprimento das especificações sociais das ETAS dos contratos de obras a cargo da SEINFRA/SIT Coordenação de Meio Ambiente.

Atividades de coordenação do PPQ e fiscalização das ETAS a cargo da SEINFRA/SIT/Coordenação de Meio Ambiente			
Atividades e obras do PPQ	Período de Execução	Duração Estimativa	Número de atividades e obras
1. Estabelecer comunicação com a Fundação Cultural Palmares visando informar o início das Obras vicinais.	Antes da execução das obras.	Durante as obras.	01 Contato com a Fundação Cultural Palmares
2. Reunião de preparação para as consultas públicas com os municípios e consórcios.	Antes da execução das obras.	Antes das obras	Reuniões realizadas com os Consórcios e com 64 Prefeituras Municipais.
3. Realização das Consultas Públicas nos municípios contemplados com as obras de melhoria de vicinais.	Antes da execução das obras.	Antes das obras	64 Consultas Públicas realizadas nos municípios.
4. Realização do Diagnóstico pela equipe de engenharia da SEINFRA/SIT, com o objetivo de georreferenciar os trechos elencados e classificados durante as Consultas Públicas.	Antes da execução das obras.	Antes das Obras	64 municípios visitados para a realização dos diagnósticos nos trechos que serão submetidos as intervenções.

5. Realização de Avaliação Social com os representantes das comunidades quilombolas, após a realização do diagnóstico pela equipe de engenharia da SEINFRA/SIT.	Antes da execução das obras.	Antes das obras	30 Avaliações sociais realizadas.
6. Elaboração de cartaz informativo contendo os Canais de Comunicação e Reclamação do PREMAR 2.	Antes da execução das obras.	Antes das obras	01 Cartaz – PREMAR 2 – Componente 3 – Vicinais.
7. Elaboração de layout para placa móvel em formato de cavalete para os Canais de Comunicação e Reclamação – PREMAR 2.	Antes da execução das obras.	Antes das obras	01 Layout compatível para placa móvel (medidas 1,80m altura por 1,15m de largura).
8. Contato da empresa projetista em conjunto com a CMAM com todas as lideranças quilombolas selecionadas pelo diagnóstico para firmar o Termo de Aceite referente às intervenções propostas nos seus respectivos trechos, quando couber.	Fase de Projeto	Antes das obras	01 Contato presencial para cada comunidade, quando couber.
9. Reunião com a Empresa Contratada e também com fiscais de obra, prestadores de serviço, etc., antes da emissão da ordem de serviço para repassar as Especificações Técnicas Ambientais e Sociais - ETAS e PPQ - Vicinais.	Antes do início das obras.	Antes das obras	Reuniões com as Empresas Construtoras.

<p>10. Vistorias periódicas, realizadas pela Supervisora Socioambiental, nas obras das vicinais para acompanhar o andamento, identificando possíveis não conformidades, propondo soluções e solicitando os ajustes necessários para que as obras sejam executadas em observância ao PPQ.</p>	<p>Durante as obras.</p>	<p>Durante as obras.</p>	<p>01 Vistoria técnica bimensalmente em cada trecho de obra.</p>
--	--------------------------	--------------------------	--

Detalhes das obras e atividades do Quadro 3

- a) A SEINFRA/CMAM estabelecerá um novo contato com a Fundação Cultural Palmares - FCP, buscando firmar parceria para o desenvolvimento das ações previstas neste PPQ – PREMAR 2 – Componente 3.
- b) A SEINFRA realizou reunião de preparação das consultas públicas com os Consórcios e Prefeituras Municipais, estes ficaram responsáveis pela mobilização das comunidades quilombolas. Nesses encontros os técnicos da SEINFRA/SIT enfatizaram a importância da convocação dessas comunidades quilombolas.
- c) A SEINFRA realizou as consultas públicas com os Consórcios, Prefeituras Municipais e sociedade presente.
- d) A SEINFRA/SIT realizou os diagnósticos com o objetivo de georreferenciar os trechos elencados e classificados durante as Consultas Públicas, assim como determinar os pontos críticos ao longo dos trechos que serão submetidos às intervenções.
- e) A CMAM realizou Avaliação Social com as lideranças quilombolas contempladas com as obras de melhoria de vicinais, após o diagnóstico realizado pela equipe de engenharia da SEINFRA/SIT.
- f) A empresa projetista está fazendo o contato presencial em conjunto com a CMAM com todas as lideranças quilombolas selecionadas pelo diagnóstico para firmar o Termo de Aceite, quando couber, nos casos onde existem intervenções físicas nos trechos das Comunidades Quilombolas.
- g) Serão realizadas reuniões na SEINFRA/SIT, coordenadas pela CMAM em conjunto com a Supervisão Socioambiental, antes do início das obras, com as empresas contratadas.
- h) A Supervisão Socioambiental fará vistorias periódicas nas obras das vicinais para acompanhar o andamento, identificando possíveis não conformidades, propondo soluções e solicitando os ajustes necessários para que as obras sejam executadas em observância ao PPQ.
- i) Para a reunião, antes do início das obras, com a Empresa Contratada será imprescindível a presença do Técnico Socioambiental, visando alinhar alguns aspectos importantes das ETAS e PPQ. Dentre eles o modelo de relatório que a Construtora deverá apresentar.

8. SISTEMA DE GESTÃO DE INFORMAÇÕES E RECLAMAÇÕES

O Sistema de Gestão de Informações e Reclamações é o mecanismo de gestão das solicitações de informação, retroalimentação (elogio, sugestão, etc.), reclamação e denúncia para as comunidades. Ele também estará vinculado ao Sistema Institucional/PREMAR2 e será desenvolvido da seguinte forma:

- a) Divulgação em placas descritas no quadro 2 do item 3 deste documento;
- b) As solicitações de informação e reclamação poderão ser feitas pelas comunidades de forma presencial nas frentes de obras e por meio de telefone a ser disponibilizado pela Construtora ou ainda pelos seguintes meios de comunicação: Ouvidoria Geral do Estado da Bahia (08002840011); WhatsApp da Ouvidoria Geral do Estado da Bahia (71) 99911-7631, Site da Ouvidoria Geral do Estado da Bahia (www.ouvidoriageral.ba.gov.br) e Site do Banco Mundial (www.worldbank.org/grs).
- c) As solicitações serão analisadas e resolvidas de acordo com a sua natureza e complexidade, a saber: Construtora de Obras, Supervisão Socioambiental, Ouvidoria Geral do Estado da Bahia e SEINFRA.

Os detalhes do Mecanismo de Gestão de Informações e Reclamações para as Comunidades e responsabilidades institucionais são os seguintes:

a) Construtora de Obras

A Construtora fará o registro de informações e reclamações nas frentes de obras (através de planilha de controle), e encaminhará à Supervisora Socioambiental semanalmente via e-mail. Nos casos em que a ocorrência não seja da responsabilidade da Construtora ou que não seja possível a sua solução de imediato, que esta seja encaminhada em 24hs para a Supervisão Socioambiental e para a Contratante para que sejam adotadas as providências necessárias.

As principais solicitações e reclamações que estarão a cargo da Construtora incluem as relacionadas aos riscos e impactos diretos das obras, conduta inapropriada com as comunidades, riscos da saúde e segurança da comunidade que poderiam ser causadas pelas atividades do projeto, equipamentos, infraestrutura e potencial exposição da comunidade a doenças, conforme alguns exemplos:

- i. **Obras, escolha de lugares e atividades relacionadas** – a localização das áreas de apoio e acampamentos (quando existirem) deverão estar a uma distância que não afete diretamente o povoado/aldeia. Considerando as áreas para a abertura de trilhas, caminhos de serviço e entradas de acesso, áreas de apoio, empréstimo, instalação, disposição de resíduos sólidos e efluentes líquidos e as questões ambientais serão definidos com os líderes das comunidades.
- ii. **Comportamento inadequado de funcionários e operários junto às comunidades, a exemplo de:** linguagem inadequada, racista, falta de respeito pelos costumes locais, destruição de qualquer elemento que forme parte do patrimônio cultural dos povos, etc.
- iii. **Riscos da saúde e segurança da comunidade** – que poderão ser causadas pelas

atividades e obras de melhoria de vicinais, implantação de bueiros, sinalização, etc., do PREMAR 2 ,pelas máquinas (trator de esteiras, rolo compactador, motoniveladora, etc.) e infraestrutura (Áreas de apoio, etc.).

- iv. **Potencial de exposição da comunidade a doenças transmissíveis** – exemplo: DST, dengue, zika, tuberculose, etc., que poderia resultar de atividades do Programa.

b) Supervisão Socioambiental

A Supervisora receberá a planilha de registro das reclamações e solicitações semanalmente via e-mail e encaminhará para a SIT/DPPE/CMAM, para que sejam tomadas as devidas providências, quando pertinentes. A Supervisora classificará a ocorrência de acordo com sua gravidade (baixa, média e alta) em uma planilha de controle. Quando as manifestações já tiverem sido resolvidas serão encaminhadas juntamente com a documentação da obra, à SEINFRA, para arquivamento. A Supervisora fará o acompanhamento para a resolução dos casos que não forem solucionados nos prazos previstos e manterá informada a SIT/DPPE/CMAM que informará ao requerente. A lista de manifestações formará parte dos relatórios bimestrais da Supervisora.

a) Ouvidoria Geral do Estado e SEINFRA

As manifestações não resolvidas pela Construtora, ou fora da abrangência desta, estarão a cargo da SEINFRA.

A Ouvidoria Geral do Estado é responsável por encaminhar diariamente as manifestações para a SEINFRA, através do Sistema Eletrônico. A Ouvidoria da SEINFRA enviará a manifestação para a Superintendência competente. A Superintendência responde com brevidade através de ofício ou e-mail para a Ouvidoria da SEINFRA. A Ouvidoria da SEINFRA responde para o manifestante por telefone ou e-mail no prazo de até 15 dias, conforme estabelece a Lei Estadual de acesso a informação de nº. 12.618/12.

c) SEINFRA/DPPE/CMAM

A DPPE e a CMAM serão responsáveis pelos registros sistemáticos diários da entrada da solicitação/reclamação e da data da resposta ou derivação a outra instância e farão acompanhamento necessário para a sua resolução, mantendo informado o requerente. Esta planilha será sistematicamente arquivada juntamente com a documentação da obra a que corresponder.

9. ATIVIDADES/ RECURSOS HUMANOS/ RECURSOS MATERIAIS

Os custos que correspondem às obras e atividades do PPQ que estarão a cargo da Construtora serão apresentados por elas no momento da proposta, tendo como base o orçamento anexo. O mesmo apresenta o valor unitário por ação. A Construtora deverá compor os seus custos de acordo com o número de Comunidades

Quilombolas por município/Consórcio Público do seu Contrato.

No orçamento anexo, consta planilha com os valores referentes aos recursos materiais e humanos por ação.

Quadro 04. Atividades/Recursos Humanos / Materiais

Atividades e obras do PPQ	Período de Execução	Duração Estimativa	Número de Atividades
1.Construção de pontilhões; implantação e recuperação de bueiros tubulares e capeados simples, duplos e triplos; drenagem longitudinal; encascalhamento de rampa em locais críticos; elevação de greide, aterros, sinalização, proteção ambiental dos taludes e passagens molhadas, que serão identificadas com os pontos críticos que dificultam o deslocamento das populações rurais principalmente no período de chuvas.	Durante as obras correspondentes a intervenção.	Período de duração das obras vicinais.	Para cada município, pelo menos, 01 comunidade quilombola será contemplada com as obras de melhorias de vicinais.
2.Confecção, instalação e manutenção de placas de identificação das Comunidades Quilombolas.	Instalação durante as obras de melhoria de vicinais.	Período de duração das obras vicinais.	02 Placas para cada comunidade quilombola a ser implantada nos dois sentidos da estrada vicinal.
3.Divulgação dos Mecanismos de Gestão de Informações e Reclamações para as Comunidades Quilombolas.	Instalação durante as obras de melhoria de vicinais.	Período de duração das obras vicinais.	01 Placa móvel em formato de cavalete (medidas 1,80m altura por 1,15m de largura) por frente de serviço, que deverá ser removida à medida que a obra avance.
4.Impressão de cartaz contendo os Canais de Comunicação e Reclamação do PREMAR 2.	Antes da execução das obras.	Antes das obras	01 cartaz – PREMAR 2 – Componente 3 – Vicinais.

Atividades e obras do PPQ	Período de Execução	Duração Estimativa	Número de Atividades
5. Execução de obras de proteção e segurança das comunidades quilombolas inseridas próximas às obras nas estradas vicinais (sinalização vertical de regulamentação) e de advertência específica (em pontes, obras de artes especiais, dentre outros).	Durante as obras correspondentes a intervenção.	Período de duração das obras de proteção e segurança das comunidades.	Quantitativo a ser definido nos Projetos de Vicinais.
6. Diálogos com os funcionários e operários, visando estabelecer execução de medidas que englobem, de um modo geral, as seguintes temáticas: <ul style="list-style-type: none"> • Comportamento culturalmente adequado com as comunidades quilombolas, com especial atenção às DSTs e enfrentamento a exploração sexual infantil; • Código de conduta com as medidas disciplinares, com especial atenção, às comunidades quilombolas, a respeito à flora e fauna local, descarte adequado de resíduos sólidos e consumo consciente. 	No início de obras nas vicinais correspondentes.	Duração de 01 hora para cada diálogo.	01 diálogo para os funcionários de cada empresa construtora. O código de conduta deverá prever item específico sobre as comunidades quilombolas.
7. Estabelecer um mecanismo de articulação com as lideranças das Comunidades Quilombolas envolvidas para entrega de folder e cartaz, bem como a participação delas na reunião informativa.	Antes do início de obras vicinais.	Período de duração das obras.	01 contato para cada liderança das comunidades quilombolas.
8. Realização de reunião informativa, visando apresentar a comunidade quilombola o PREMAR 2, componente 3-obras de melhoria de vicinais, bem como enfatizar as questões de segurança de obra e temáticas voltadas para questões socioambientais.	Antes do início das obras nas vicinais.	Período de duração das obras.	01 reunião para cada comunidade quilombola contemplada com as obras de melhoria de vicinais.

10. MONITORAMENTO DAS ETAPAS DO PLANO

O monitoramento do Plano para as Comunidades Quilombolas será realizado pela SEINFRA / Coordenação de Meio Ambiente – CMAM.

As atividades de monitoramento têm os seguintes objetivos:

- a) Verificar que as ações agendadas estão em execução e quando ocorrerem distorções ou falhas, propor medidas corretivas.
- b) Identificar as dificuldades, obstáculos e oportunidades para a execução de ações, indicando estratégias oportunas para superá-los.

As atividades deverão ser monitoradas através de instrumentos constando as ações e período de execução da Construtora. Serão utilizados como base os seguintes instrumentos:

1. Diário de campo;
2. Relatório socioambiental apresentando registro fotográfico, lista de presenças de atores envolvidos no processo como resultado da vistoria de campo.

Estes instrumentos evidenciam-se as ações propostas e estão sendo executadas conforme previsto e identificam as conformidades e não conformidades das atividades.

O relatório socioambiental de acompanhamento das ações será mensal e o monitoramento das ações deverá ser contínuo.

Quadro05. Resumo dos Indicadores Quantitativos Referente ao Grupo de Atividades do Quadro 3

Ações	Indicador	Período de Execução	Evidências
1. Construção de pontilhões; implantação e recuperação de bueiros tubulares e capeados simples, duplos e triplos; drenagem longitudinal; encascalhamento de rampa em locais críticos; elevação de greide, aterros, sinalização, proteção ambiental dos taludes e passagens molhadas, que serão identificadas com os pontos críticos que dificultam o deslocamento das populações rurais principalmente no período de chuvas.	Para cada município 01 comunidade quilombola será contemplada com as obras.	02 anos	Relatório Socioambiental com registro fotográfico.
2. Confeção, instalação e manutenção de placas de identificação das Comunidades	02 Placas para	02 anos	Relatório Socioambiental com registro fotográfico.

Ações	Indicador	Período de Execução	Evidências
Quilombolas	cada comunidade		
3. Divulgação dos Mecanismos de Gestão de Informações e Reclamações para as Comunidades Quilombolas.	01 Placa Móvel para cada intervenção	02 anos	Relatório Socioambiental com registro fotográfico.
4. Impressão de cartaz informativo contendo os Canais de Comunicação e Reclamação do PREMAR 2.	05 cartazes para cada comunidade quilombola.	Período de duração das obras vicinais.	Relatório Socioambiental com registro fotográfico e Protocolo de Recebimento.
5. Execução de obras de proteção e segurança das comunidades quilombolas inseridas próximas às obras nas estradas vicinais (sinalização vertical de regulamentação) e de advertência específica (em pontes, obras de artes especiais, dentre outros).	A definir pela Construtora	02 anos	Relatório Socioambiental com registro fotográfico.
6. Diálogos com os funcionários e operários, visando estabelecer execução de medidas que englobem, de um modo geral, as seguintes temáticas: <ul style="list-style-type: none"> • Comportamento culturalmente adequado com as comunidades quilombolas, com especial atenção às DSTs e enfrentamento a exploração sexual infantil; • Código de conduta com as medidas disciplinares, com especial atenção, às comunidades quilombolas, o respeito à flora e fauna local, descarte adequado de resíduos sólidos e consumo consciente. 	01 diálogo para cada empresa construtora	02 anos	Relatório Socioambiental com registro fotográfico e lista de presença.
7. Estabelecer um mecanismo de articulação com as lideranças das Comunidades Quilombolas envolvidas para entrega de folder e cartaz, bem como a participação delas na reunião informativa.	01 contato para cada liderança quilombola.	02 anos	Relatório Socioambiental com registro fotográfico e lista de presença.

Ações	Indicador	Período de Execução	Evidências
8. Realização de reunião informativa, visando apresentar a comunidade quilombola o PREMAR 2, componente 3-obras de melhoria de vicinais, bem como enfatizar as questões de segurança de obra e temáticas voltadas para questões socioambientais.	01 reunião para cada comunidade quilombola contemplada com as intervenções	02 anos	Relatório Socioambiental com registro fotográfico e lista de presença.

11. AVALIAÇÃO DO PLANO

A avaliação deverá ser considerada uma atividade contínua que faz parte da dinâmica do processo de participação dos envolvidos. Portanto, através dos Relatórios de implementações das ações desenvolvidas, deverá ser observado e registrado os seguintes aspectos:

1. Interesse e grau de participação das comunidades quilombolas no desenvolvimento das ações do Plano;
2. Obras vicinais e se as atividades propostas foram adequadas e os objetivos alcançados.
3. Levantamento dos impactos positivos e negativos das obras vicinais e atividades envolvidas;
4. Experiências adquiridas.

A Supervisão Socioambiental deverá fazer uma avaliação das atividades do PPQ desenvolvido pela Construtora, considerando como elementos importantes os relatórios de supervisão entregues durante toda a execução do Plano. A avaliação será submetida para aprovação da SEINFRA/SIT.

12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Banco Mundial. **Manual Operacional do Banco Mundial: Políticas Operacionais: OP.4.10**.jan. 1999.
- Brasil.Constituição(1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF:SenadoFederal,1988.Disponívelem:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>Acessoem: 18 de out. de 2016.
- FUNAI. **Terras Indígenas**. 2017. Disponível em:<<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>>Acesso em: 02 de outubro de 2017.

- Secretaria de Infraestrutura do Estado. **Avaliação de Impacto Socioambiental – AISA**, Bahia, 2015.
- Fundação Cultural Palmares. Disponível em:
<<http://www.palmares.gov.br/comunidades-remanescentes-de-quilombolas-crqs>>
Acesso em 02 de outubro de 2017.

13. ANEXOS

13.1 QUADRO 06 – ORÇAMENTO - ATIVIDADES E OBRAS DE SEGURANÇA SOB RESPONSABILIDADE DA CONSTRUTORA

Data base: Outubro 2019						
Item	Descrição	Componentes	Quant	Unidade	Valor unit (R\$)	Valor total (R\$)
1	Confeção, instalação e manutenção de placas de identificação das Comunidades Quilombolas	Placas (SIT - Fornecimento e implantação de placa sinalização tot. refletiva incl. suporte e travessa)	1	m ²	467,83	467,83
	Total					467,83
2	Confeção e instalação de placas indicando o Mecanismos de Gestão de Informações e Reclamações para as Comunidades Quilombolas	01 placa móvel em formato de cavalete por frente de serviço, que deverá ser removida à medida que a obra avance.	1	m ²	480,00	480,00
	Total					480,00
3	Treinamento com os funcionários e operários visando informar o código de condutada com diversas medidas	Atividade a ser desempenhada com profissional socioambiental contratado da Construtora				
	Total					
4	Estabelecimento e execução de um mecanismo de articulação com as lideranças das Comunidades Tradicionais envolvidas para participação delas nas reuniões informativas	Atividade a ser desempenhada com profissionais (profissional socioambiental e motorista) e recursos materiais (Veículo caminhonete) contratados da Construtora				
	Total					
5	Realização de reunião informativa, visando apresentar à comunidade quilombola o PREMAR 2, componente 3-obras de melhoria de vicinais, bem como enfatizar as questões de segurança de obra e temáticas voltadas para questões socioambientais.	Atividade a ser desempenhada por profissionais (profissional socioambiental e motorista) e recursos materiais (Veículo caminhonete) contratados da Construtora				
	Total					
6	Impressão de cartazes (canais de informações e reclamações)	Cartaz (formato A2)	1	Unid	6,20	6,20
	Total					6,20
7	Materiais complementares a serem usados nas reuniões com as Comunidades Tradicionais	Notebook	1	mês	200,00	200,00
		Impressora	1	mês	200,00	200,00
		Data show com tela de projeção	1	h	100,00	100,00
	Total					500,00
	Total Geral					1.454,03
Observações:						
Os valores do orçamento referem-se a preços unitários de cada item.						

13.2 QUADRO 07. RELAÇÃO DE MUNICÍPIOS, COMUNIDADES QUILOMBOLAS EXISTENTES, PARTICIPAÇÃO NAS CONSULTAS PÚBLICAS E CONTATOS.

CDS-PORTAL DO SERTÃO

Municípios		Comunidades Quilombolas	Participação das Comunidades Tradicionais nas Consultas Públicas	Representantes	Contato
1	Coração de Maria	- Comunidade Quilombola Engenho da Raiz Mangalô	NÃO		
		-----	- Comunidade Quilombola Cabeça do Nego (Não reconhecida oficialmente)	José Carlos Pacheco da Silva (Conhecido como Caio)	75-98303-3288
2	Irará	- Comunidade Quilombola Baixinha	NÃO		
		- Comunidade Quilombola Olaria	NÃO		
		- Comunidade Quilombola Massaranduba	NÃO		
		- Comunidade Quilombola Olaria e Pedra Branca	NÃO		
		- Comunidade Quilombola Tapera Melão	SIM		75-98112-9664 75- 99848-9915
3	Amélia Rodrigues	- Comunidade Quilombola da Pinguela	SIM	Rita	75-981789738
4	Água Fria	- Comunidade Quilombola Curral de Fora	SIM	Silvio	75-98131-8630
5	Antônio Cardoso	- Comunidade Quilombola Gavião e Cavaco	SIM		
		- Comunidade Quilombola Paus Altos	SIM	Oseias de Almeida	75-99930-4814
		-----	- Comunidade Quilombola Piri (Não reconhecida oficialmente)		
6	São Gonçalo dos Campos	Comunidade Quilombola Bete II	SIM	José Jorge Alves Pontes	75- 98262-4887
7	Terra Nova	Comunidade Quilombola Fazenda Retiro	NÃO	Sandra	(75) 98818-5846
8	Conceição de Feira	Comunidade Quilombola Gameleira	NÃO		
		Comunidade Quilombola Bete I	NÃO	Adenilton	75-98139-1527 75-9878-2258

CDS – BACIA DO JACUIPE

Municípios		Comunidades Quilombolas	Participação das Comunidades Tradicionais nas Consultas Públicas	Representantes	Contato
9	Capim Grosso	- Comunidade Quilombola Barro Vermelho	SIM		
		<u>- Comunidade Quilombola Cambueiro</u>	SIM	Valdir Lima	74- 99983-2752
		- Comunidade Quilombola Volta	NÃO		
10	Quixabeira	<u>- Comunidade Quilombola Alto do Capim</u>	SIM	Nicanor Souza Lima	74-988265496
11	Várzea da Roça	-----	<u>Comunidade Quilombola Jurema (Não reconhecida oficialmente)</u>	Adailton Cruz (Conhecido como Inho)	(74) 98836-2366
12	Várzea do Poço	<u>Comunidade Quilombola Laginha II(Comunidade não reconhecida oficialmente)</u>	NÃO	Ramon Trindade	74-99999-7757
13	Pé de Serra	<u>Comunidade Quilombola Piri</u>	NÃO	Raimunda (Professora)	75-98290-6704

CIVARPA

Municípios		Comunidades Quilombolas	Participação das Comunidades Tradicionais nas Consultas Públicas	Representantes	Contato
14	Novo Horizonte	<u>- Comunidade Quilombola Góis</u>	SIM	Helson Lopes de Souza	(77)9915699313
15	Érico Cardoso	<u>- Comunidade Quilombola Paramirim das Creolas</u>	SIM	Genuíno José de Trindade	(75) 9944-4954
16	Livramento de Nossa Senhora	<u>Comunidade Quilombola Rocinha</u>	NÃO	Maria Regina Bonfim (Presidente da Associação Desenvolvimento Cultural Educacional do Quilombo da Rocinha)	(77) 99975-5593
		Comunidade Quilombola Olho D'Água do Meio	NÃO	João Aparecido Ramos da Costa Ugolino	(77) 99951-1531 (77) 9999-71330
17	Ibipitanga	<u>Comunidade Quilombola Castanhão</u>	NÃO	Ivonete (Agente de Saúde)	(77) 99158-4402

CONSISAL

Municípios		Comunidades Quilombolas	Participação das Comunidades Tradicionais nas Consultas Públicas	Representantes	Contato
18	Conceição do Coité	<u>- Comunidade Quilombola Maracujá</u>	SIM	Hélio de Oliveira Silva	75-99127-0589 75- 9733-5835
19	Biritinga	<u>- Comunidade Quilombola Vila Nova</u>	NÃO	Arilma	75-99133-9835
20	Monte Santo	<u>- Comunidade Quilombola Laje do Antônio</u>	SIM	Genivaldo Francisco da Silva	75-99168-3511
		- Comunidade Quilombola Bom Sucesso	NÃO		

Municípios		Comunidades Quilombolas	Participação das Comunidades Tradicionais nas Consultas Públicas	Representantes	Contato
21	Nordestina	- Comunidade Quilombola Caldeirão	SIM		
		- Comunidade Quilombola Caldeirão do Sangue	NÃO		
		- Comunidade Quilombola Grota	NÃO		
		- Comunidade Quilombola Lagoa da Cruz	NÃO		
		<u>- Comunidade Quilombola Lagoa da Salina</u>	SIM	Maria Batista	75-99252-1917
		- Comunidade Quilombola Lagoa do Fumaça	NÃO		
		- Comunidade Quilombola Lagoa dos Bois	SIM		
		- Comunidade Quilombola Lajes das Cabras	NÃO		
		- Comunidade Quilombola Palha	NÃO		
		- Comunidade Quilombola Poças	SIM		
		- Comunidade Quilombola Tanque Bonito	NÃO		
22	Cansanção	<u>- Comunidade Quilombola Tamanduá</u>	SIM	Gilvan Souza de Santos (Agente Comunitário de Saúde)	75-99139-9001
23	Ichu	-----	<u>- Comunidade Quilombola da Flor Roxa (Essa Comunidade não estava presente, portanto foi lembrada pelos participantes da Consulta)</u>	Geni	75-99983-2598
24	Retirolândia	-----	Comunidade Quilombola Jitáí		
		-----	<u>Comunidade Quilombola Lagoa Grande</u>	Julio Lopes	75-98145-7481
25	Serrinha	Comunidade Quilombola Lagoa do Currallinho	SIM	Renildo Rosemeire	75-99930-4465 75-99924-2538
		-----	Comunidade Quilombola de Praianos (Encontra-se em processo de reconhecimento e não houve a participação dessa comunidade na consulta)		
26	Lamarão	<u>- Comunidade Quilombola Sítio de Santana</u>	SIM	Jaciara Carvalho de Almeida	75-98117-7826
27	São Domingos	Comunidade Quilombola Vila África	NÃO	Jaime Santos Bispo (Agente Comunitário de Saúde)	75-98165-9275

OBS: APENAS AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS EM DESTAQUE FAZEM PARTE DESTA PPQ.

13.3 MODELO DE FICHA PARA AVALIAÇÃO SOCIAL PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Ficha de Avaliação Social – PREMAR 2
Componente 3 - Obras de Melhoria de Vicinais

Comunidades Quilombolas

1. Nome do Município: _____

2. Qual o tipo de comunidade tradicional?

() Indígena () Quilombola

Nome da Comunidade: _____

Nome do Representante: _____

Telefone: _____

3. Número de habitantes ou número de famílias dessa Comunidade.

4. Tempo que a Comunidade reside no local.

5. Qual a situação da terra?

() Certificada () Não certificada () Titulada

6. A Comunidade desenvolve alguma Atividade Econômica? Qual?

7. Quais os serviços públicos disponíveis para a comunidade?

() Posto de Saúde () Escola Municipal () outros

8. A comunidade possui Serviços de Saneamento Básico (Água Potável, Esgotamento Sanitário, Águas Pluviais e Coleta/destinação de Resíduo Sólido)?

() Sim () Não

9. A comunidade possui serviços de energia? Qual?

() Sim () Não

10. Quais os meios de transporte que a comunidade utiliza?

11. A comunidade recebe algum Benefício Social (Bolsa Família, Programa Nacional de Habitação Rural, entre outros?)

12. A comunidade tem dificuldade no deslocamento para a Sede (município) ou outros locais?

13. Observações:

Data: __/__/____

Técnico: _____

13.4 AVALIAÇÕES SOCIAIS DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS ONDE FORAM REALIZADOS OS DIAGNÓSTICOS PELA EQUIPE DE ENGENHARIA DA SEINFRA/SIT PARA A EXECUÇÃO DO PPQ

Fonte: Levantamento de informações realizado em escritório pelos técnicos da Coordenação de Meio Ambiente – CMAM /DPPE através de contatos telefônicos nos meses de março de 2018 a agosto de 2019 com os representantes/lideranças das Comunidades Quilombolas.

Comunidades Quilombolas

Município: Érico Cardoso-Ba

Nome da Comunidade: Quilombola Paramirim das Crioulas

Representante: Genuíno José de Trindade

Contato: (75) 9944-4954 ou assistente social Ivaneza (77) 99959-5037

Através de contato telefônico o representante Genuíno José de Trindade informou que a comunidade possui 70 famílias que residem na localidade desde o ano de 2008. A comunidade é certificada perante a Fundação Cultural Palmares e desenvolve atividade econômica voltada para agricultura, como, por exemplo, plantio de café, alface, feijão, morango, cana etc. As famílias recebem o benefício social do Bolsa Família.

A comunidade possui uma escola de ensino fundamental e uma unidade de saúde para atendimento médico dos moradores. Referente ao Saneamento Básico, o representante informou não possuir Sistema de Esgotamento Sanitário e que utiliza água originada de fonte natural (rios). Os moradores utilizam fossa séptica e os resíduos sólidos são queimados. A comunidade possui serviço de energia elétrica fornecida pela Coelba. A distância entre a comunidade e o município é de 33 km. O Sr. Genuíno informou que os meios de transportes utilizados são: motos, carros e bicicletas.

Município: Conceição de Coité-Ba

Nome da Comunidade: Comunidade Quilombola Maracujá

Representante: Hélio de Oliveira Silva (Presidente da Associação Quilombola do Maracujá)

Contato: (75) 991270589

Através de contato telefônico o representante Hélio de Oliveira Silva, presidente da Associação Quilombola do Maracujá, informou que a comunidade possui 150 famílias que residem na localidade há mais de 200 anos.

A comunidade é certificada perante a Fundação Cultural Palmares e está em processo de titulação pelo INCRA. A comunidade desenvolve atividade econômica voltada para agricultura e Sisal. As famílias recebem o benefício social do Bolsa Família.

A comunidade é atendida por uma escola de ensino fundamental e uma unidade de saúde para atendimento médico. A respeito do saneamento básico, o representante informou não possuir sistema de esgotamento sanitário e que o abastecimento de água é realizado por carros pipas e uso de cisternas. Os resíduos sólidos são queimados. A comunidade possui serviço de energia elétrica fornecida pela Coelba. A distância entre a comunidade e o município é de aproximadamente 23 km. O representante informou que os meios de transporte utilizados são: motos, carros e bicicletas. O presidente da associação informou que a comunidade tem bastante dificuldade nas estradas vicinais, ressaltando, principalmente nos períodos de chuva e que ele participou da Consulta Pública e outros membros da comunidade e solicitaram passagem molhada e encascalhamento em alguns pontos críticos nas estradas vicinais que dá acesso ao município de Conceição do Coité.

Município: Amélia Rodrigues-Ba

Nome da Comunidade: Comunidade Quilombola Pinguela

Representante: Rita

Contato: (75) 981789738

A representante Rita informou, via contato telefônico, que a comunidade possui 22 famílias que residem na localidade há mais de 100 anos.

A comunidade é certificada perante a Fundação Cultural Palmares e desenvolve atividade econômica voltada para agricultura. A maioria das famílias recebe o benefício social do Bolsa Família.

A comunidade possui uma escola de ensino fundamental e não possui unidade de saúde. Os moradores utilizam os serviços médicos do Posto de Saúde do município de Amélia Rodrigues.

Com relação ao saneamento básico, a representante informou não possuir sistema de esgotamento sanitário e que utilizam água da Embasa. Os resíduos sólidos são jogados em terrenos baldios e queimados. A comunidade possui serviço de energia elétrica fornecida pela Coelba. A distância entre a comunidade e o município é de aproximadamente 23 km. O representante informou que o meio de transporte mais utilizado é bicicleta, mas que em alguns casos utiliza motos e raramente carros. A representante informou que o acesso é muito ruim.

Município: Novo Horizonte-Ba

Nome da Comunidade: Comunidade Quilombola Góis

Representante: Helson Lopes de Souza

Contato: (77)9915699313

De acordo com o ex-diretor da escola municipal Helson Lopes, a comunidade possui 35 famílias que residem na localidade há mais de 100 anos.

A comunidade é certificada perante a Fundação Cultural Palmares e desenvolve atividade econômica voltada para agricultura familiar e criação de gado. As famílias recebem o benefício social do Bolsa Família.

A comunidade possui uma escola de ensino fundamental e não possui unidade de saúde. Os moradores utilizam os serviços médicos no Posto de Saúde do município de Novo Horizonte.

Referente ao Saneamento Básico, o representante informou não possuir Sistema de Esgotamento Sanitário e que utilizam água de poços artesianos e fonte natural (rios). Os resíduos sólidos são queimados. A comunidade possui serviço de energia elétrica fornecido pela Coelba. A distância entre a comunidade e o município é de aproximadamente 30 km. O representante informou que os meios de transporte mais utilizados são motos e carros, sendo que o acesso ao município se encontra em péssimas condições.

Observação: Devido à dificuldade de comunicação e pela falta de telefone na comunidade a avaliação social foi realizada com o ex-diretor da Escola Municipal Carlos Drummond de Andrade. Helson Lopes informou que participou da fundação da Associação referente a Comunidade Quilombola Góis.

Município: Quixabeira-Ba

Nome da Comunidade: Comunidade Quilombola Alto do Capim

Representante: Nicanor Souza Lima ou a Vereadora Lucília

Contato: (74) 988265496

Através de contato telefônico com a vereadora Lucília foi informado que a comunidade possui aproximadamente 300 famílias que residem na localidade há mais de 100 anos.

A comunidade é certificada perante a Fundação Cultural Palmares e desenvolve atividade econômica voltada para agricultura, com foco na plantação de mandioca e criação de animais (galinhas, gado, cabras). A maior parte das famílias recebem o benefício social do Bolsa Família.

A comunidade possui uma escola de ensino fundamental chamada Antônio Lúcio de Santana e possui unidade de saúde com funcionamento normal durante a semana.

Referente ao saneamento básico, a vereadora informou não possuir sistema de esgotamento sanitário e que utilizam água da Embasa. Os resíduos sólidos são coletados pela prefeitura do município de Quixabeira. A comunidade possui serviço de energia elétrica fornecida pela Coelba. A distância entre a comunidade e o município é de aproximadamente 14 km. A vereadora informou que os meios de transporte mais utilizados são bicicletas e motos. Na ocasião foi perguntado sobre a dificuldade de acesso ao município, a vereadora informou que as condições das estradas são ruins e o transporte público não atende à demanda da comunidade.

Observação: Essa avaliação social foi realizada através de contato telefônico; as perguntas foram feitas a vereadora Lucília que participou da fundação da Associação da Comunidade Quilombola Alto do Capim e informou o nome da liderança Nicanor Souza do qual não conseguimos estabelecer contato.

Município: Cansanção-Ba
Nome da Comunidade: Quilombola Tamanduá
Representante: Gilvan Souza de Santos (agente de saúde)
Contato: CRAS Ana Lúcia-(75)991399001

Através de contato telefônico com o agente de saúde Gilvan Souza foi informado que a comunidade possui aproximadamente 110 famílias que residem na localidade há mais de 3 anos.

A comunidade é certificada perante a Fundação Cultural Palmares e desenvolve atividade econômica voltada para agricultura familiar com foco na plantação de mandioca e criação de animais (galinhas, gado, cabras). A maior parte das famílias recebem o benefício social do Bolsa Família.

A comunidade possui uma escola de ensino fundamental chamada Castro Alves e a unidade de saúde utilizada fica no Povoado de Jatobá.

Referente ao saneamento básico, o representante informou não possuir sistema de esgotamento sanitário e que utilizam água da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A - Embasa. Os resíduos sólidos são recolhidos pelas próprias pessoas da comunidade e queimados. A comunidade possui serviço de energia elétrica fornecida pela Coelba. A distância entre a comunidade e o município é de aproximadamente 12 km.

A liderança informou que os meios de transporte mais utilizados são transporte coletivo e motos. Na ocasião foi perguntado sobre a dificuldade de acesso ao município, e foi informado que as condições das estradas são ruins e o transporte público não atende à demanda da comunidade. Durante o período de chuvas a comunidade não consegue se deslocar para o município de Cansanção por consequência das enchentes.

Município: Água Fria - BA
Nome da Comunidade: Quilombola Curral de Fora
Representante: Silvio
Contato: (75) 981318630

Através de contato telefônico o representante Silvio informou que a comunidade possui aproximadamente 230 famílias que residem na localidade há mais de 100 anos.

A comunidade é certificada perante a Fundação Cultural Palmares e desenvolve atividade econômica voltada para agricultura, como, por exemplo, plantio de feijão, milho, mandioca etc.

As famílias recebem o benefício social do bolsa família e possuem uma Associação Comunitária Rural.

Na comunidade há a Escola Municipal Evanildo Mascarenhas de Almeida e os moradores utilizam a unidade de saúde do Povoado de Maracaiá. O abastecimento de água é pela Embasa. A Coleta de resíduos sólidos é por serviço terceirizado de vínculo com a prefeitura municipal de Água Fria. O serviço de energia elétrica é fornecido pela Coelba e a liderança informou que recentemente 60 famílias foram beneficiadas pelo Programa Luz para Todos. Os meios de transporte utilizados são carros e ônibus. Segundo informação da liderança não há dificuldade de acesso da comunidade para o município. A comunidade fica aproximadamente 24 km do município.

Município: Monte Santo - Ba
Nome da Comunidade: Laje do Antônio
Representante: Genivaldo Francisco da Silva (Presidente da Associação Comunitária Agropastoril da Fazenda do Desterro e Laje do Antônio)
Contato: (75) 991683511

Através de contato por telefone o representante Genivaldo Francisco informou que a comunidade possui aproximadamente 100 famílias que residem na localidade há mais de 200 anos.

A comunidade é certificada perante a Fundação Palmares e desenvolve atividade econômica voltada para agricultura, como, por exemplo, plantio de feijão, milho, mandioca e agropecuária, criação de gado, cabra e ovelha.

A maior parte das famílias recebem o benefício social do Bolsa Família.

Na comunidade há a Escola Municipal Nossa Senhora do Desterro; os moradores utilizam a unidade de saúde do Povoado de Alto Alegre. O abastecimento de água é através de carros pipas, cisternas e dois poços originados da Fazenda Desterro. Os resíduos sólidos são queimados. Não há esgotamento sanitário na

comunidade. O serviço de energia elétrica é fornecido pela Coelba. Os meios de transporte utilizados são carros, ônibus e cavalos. Segundo informação da liderança, por conta das condições ruins das estradas há dificuldade de acesso da comunidade para o município. A comunidade fica aproximadamente 45 km de Monte Santo e aproximadamente 3 km da Associação Comunitária Agropastoril da fazenda Desterro.

Município: Biritinga - Ba

Nome da Comunidade: Comunidade Quilombola Vila Nova

Representante: Arilma (Vice-presidente da Associação Comunitária)

Contato: (75) 99133-9835

A Coordenação de Meio Ambiente realizou contato com a Prefeitura Municipal de Biritinga, solicitando o nome e telefone do representante da Comunidade Quilombola Vila Nova. Através de contato por telefone com a vice-presidente da Associação Comunitária Sra. Arilma, informou que a comunidade possui 120 famílias e aproximadamente 550 habitantes e que possui certificação da Fundação Cultural Palmares, sendo que a terra está em processo de titulação. A representante mencionou que a comunidade reside há 100 anos no local, onde a maioria são beneficiários do Bolsa família e desenvolve atividade econômica voltada para agricultura (feijão, mandioca, bata doce, amendoim etc.) para a própria subsistência, exceto o amendoim que também é para a comercialização nos municípios próximos. A comunidade é atendida por (01) um Posto de Saúde e (01) uma escola municipal de ensino fundamental. Os alunos de ensino médio precisam se deslocar 14 km para o município de Biritinga. O abastecimento de água é através de poço artesiano, administrado pela própria comunidade, não possui esgotamento sanitário e o lixo é descartado em terreno baldio e depois queimado. Todos os imóveis possuem energia elétrica, através da Coelba, e por serem quilombo possuem desconto de 10% nas contas mensais caso o consumo seja menor que 100 kW e menor que 50 kW não paga a conta.

Com relação a mobilidade, apenas os alunos de ensino médio possuem transporte escolar público, os demais carros particulares, moto e carro de linha. De acordo com a representante a estrada vicinal que dá acesso ao município encontra-se muito ruim, principalmente nos períodos de chuva.

Município: Coração de Maria - Ba

Nome da Comunidade: Comunidade Quilombola Cabeça do Nego

Representante: José Carlos Pacheco da Silva (Conhecido como Caio)

Contato: (75) 98303-3288

Através de contato telefônico com a Prefeitura Municipal de Coração de Maria, Sr. José Maurílio (Secretário de Agricultura) nos informou o nome e contato do representante da Comunidade Cabeça do Nego.

A Coordenação de Meio Ambiente realizou contato por telefone com o Sr. José Carlos Pacheco da Silva, conhecido como Caio, representante da Comunidade Cabeça do Nego e coordenador das atividades culturais (capoeira, etc.), onde as comunidades vizinhas participam. O Sr. José reside em Água Verde, uma Comunidade que fica 1,5 km da Comunidade Cabeça do Nego. O representante mencionou que a Comunidade Quilombola Cabeça do Nego não é reconhecida pela Fundação Cultural Palmares e que possui aproximadamente 50 famílias, onde a maioria recebe o benefício do Bolsa Família e Bolsa Escola e que desenvolve atividade econômica voltada para agricultura (mandioca e amendoim) para própria subsistência e também comercializa na feira livre do município de Coração de Maria. Com relação a regularização das terras, informou que as terras são herança da família Costa Pinto. A comunidade não possui posto de saúde, precisa se deslocar para o posto de saúde da Comunidade de Canabrava que fica a 2 Km da comunidade Cabeça do Nego e que a escola de ensino fundamental foi fechada; os alunos também precisam se deslocar para a escola da comunidade Água Verde. O representante informou que não possui sistema de esgotamento sanitário e utiliza água de poços artesianos (água salobra) e para o consumo humano utilizam água de fonte natural. O Sr. José informou possuir serviço de energia elétrica fornecida pela Coelba. Com relação aos meios de transporte utilizados, citou que utilizam veículos particulares e os alunos, transporte escolar da Prefeitura Municipal. O representante informou que participou da Consulta Pública – PREMAR 2 realizada no município de Coração de Maria e, na oportunidade, solicitou alargamento da estrada vicinal que liga as comunidades Cabeça do Nego a Água Verde, justificando a redução de tempo do deslocamento dos alunos para a escola e também passagem molhada. A técnica, no momento, mencionou que alargamento de

estrada não está prevista no escopo do Programa.

Município: Irará - Ba

Nome da Comunidade: Comunidade Quilombola Tapera Melão

Representante: Vilma Barbosa dos Santos (Presidente da Associação)

Contato: (75)98112-9664 (75) 99848-9915

Natália (75) 98271-8629 (Secretária da Associação)

A Coordenação de Meio Ambiente realizou contato por telefone com a Prefeitura Municipal de Irará, solicitando o nome e o telefone do representante da Comunidade Quilombola Tapera Melão. Através de contato com a representante da comunidade, Sra. Vilma Barbosa, informou que a comunidade possui 150 famílias e aproximadamente 700 habitantes, a maioria das famílias recebem o benefício do Bolsa Família. A comunidade não é certificada e desenvolve atividade econômica voltada para agricultura (mandioca, feijão e milho) para subsistência e comercializar. A comunidade não possui posto de saúde e nem escola. Os alunos precisam se deslocar no transporte escolar da Prefeitura para a comunidade Santo Antônio que fica 1,5 km de Tapera Melão. A representante informou não possuir sistema de esgotamento sanitário e o abastecimento de água é através de cisterna. A energia elétrica é fornecida pela Coelba. O resíduo sólido jogado em terreno baldio e queimado. Os meios de transportes utilizados pela comunidade são: carro e moto. A representante informou que a estrada no período de chuva fica muito ruim, dificultando o acesso para Irará que fica 6 km da comunidade.

Município: Retirolândia-Ba

Nome da Comunidade: Comunidade Quilombola Lagoa Grande

Representante: Sr. Júlio Lopes da Silva – Presidente da Associação

Contato: (75) 98145-7481

Segundo declaração do Sr. Júlio, a comunidade não se reconhece como quilombola. E o Tempo de existência da comunidade é de aproximadamente 80 anos e possui 100 moradias (famílias).

Não possui escola, somente uma creche, a escola referência fica no povoado vizinha numa distância de 4km – Povoado de Laginha. Possui Posto de Saúde, com atendimento de segunda à sexta-feira, o médico atende uma vez por semana com uma assistente, mas uma auxiliar faz atendimento todos os dias. Funciona das 08h às 17 horas.

Possui CRAS, e um projeto específico para idosos, além de outro programa denominado MOC, que não soube especificar o que era.

Abastecimento de água: as moradias possuem água encanada da Embasa, são poucas as moradias que não são atendidas, neste caso são abastecidas por caminhão pipa da Prefeitura.

Energia elétrica – todas as unidades habitacionais possuem energia elétrica.

Recolhimento de lixo – ocorre uma vez por semana, quarta-feira normalmente, não há prática de queimada na comunidade.

A comunidade realiza agricultura de subsistência tendo como principais culturas o milho, feijão e verduras.

Alguns moradores trabalham fora da comunidade, outros fazem artesanato, entretanto, um grande número de moradores são pequenos produtores de sisal e outros são aposentados.

A maior parte das famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família e muitas recebem cesta básica da Prefeitura Municipal.

A comunidade conta com uma associação – Associação de Pequenos Produtores da Região de Lagoa Grande.

As estradas, devido ao período de chuva estão em péssimo estado de conservação e necessitam de recuperação.

A comunidade não conta com transporte público, neste caso fazem uso de carros de fretes. Mas são atendidos por transporte escolar.

Transporte escolar as vezes dá carona, alguns usam carro de frete.

Município: Antônio Cardoso-Ba

Nome da Comunidade: Comunidade Quilombola Paus Altos

Representante: Oseias de Almeida Santos (membro da Associação)

Contato: (75) 99930-4814 / 98200-4743 (Presidente da Associação Sr. Euzepio (75) 9911-49977 (75) 98105-9808)

A Coordenação de Meio Ambiente realizou contato por telefone com a Prefeitura Municipal de Antônio Cardoso, solicitando o nome e o telefone do representante da Comunidade Quilombola Paus Altos. Através de contato por telefone com o representante da comunidade, Sr. Oseias de Almeida, membro da Associação Comunitária, informou que a comunidade possui 84 famílias e a maioria recebe o benefício do Bolsa Família e Seguro Safra, sendo que no momento está suspenso o Seguro Safra. A comunidade é certificada e desenvolve atividade econômica voltada para agricultura (mandioca, feijão, milho e mel) para subsistência e comercializar na feira de Antônio Cardoso, sendo que o mel é comercializado em todo estado da Bahia. A comunidade não possui posto de saúde e nem escola. Os alunos de ensino fundamental precisam se deslocar no transporte escolar da Prefeitura para o Povoado Bananeira que fica a 2 Km, os alunos do fundamental 2, deslocam para o Distrito de Santo Estevão Velho que fica a 8 km e os alunos de ensino médio deslocam 15 Km para o município de Antônio Cardoso. O representante informou não possuir sistema de esgotamento sanitário, algumas residências possuem fossa séptica, o abastecimento de água é através de cisterna e água de chuva, os resíduos sólidos jogados em terreno baldio e queimado e possui serviço de energia elétrica fornecido pela Coelba. Os meios de transporte que a comunidade utiliza é moto taxi, ônibus e os alunos utilizam o transporte da prefeitura.

Na oportunidade foi perguntado sobre a dificuldade de acesso ao município, foi informado que a comunidade não consegue se deslocar para o município de Antônio Cardoso no período de chuvas, mencionando que é a única estrada para a sede.

Município: Nordestina-Ba

Nome da Comunidade: Comunidade Quilombola Lagoa da Salina

Representante: Maria Batista – Presidente da Associação Comunitária

Contato: (75) 99252-1917

A Coordenação de Meio Ambiente realizou contato por telefone com a Prefeitura Municipal de Nordestina, solicitando o nome e contato do representante da Comunidade Quilombola Lagoa da Salina. Através de contato por telefone com a representante da Comunidade Quilombola Lagoa da Salina, Sra. Maria Batista – Presidente da Associação, informou que a comunidade possui aproximadamente 227 habitantes e 732 famílias, onde a maioria recebe o benefício do Bolsa Família e outros são aposentados. A comunidade não é certificada e desenvolve atividade econômica voltada para agricultura (milho, feijão, mandioca, melancia, abóbora, etc.) visando a própria subsistência. A comunidade não possui posto de saúde, precisa deslocar a 5 Km para o Povoado de Jacú e também não possui escola. Os alunos de ensino fundamental estudam na Comunidade Quilombola Tanque Bonito que fica próximo da Comunidade e os alunos de ensino médio estudam no município que fica a 4 Km da Comunidade. A representante informou não possuir sistema de esgotamento sanitário, o abastecimento de água é através da Embasa, onde a água só chega 1 vez por mês nas residências, os resíduos sólidos são queimados e a energia elétrica é fornecida pela Coelba. Os meios de transportes que a comunidade utiliza são motos e carros e os alunos ônibus da prefeitura. Na oportunidade foi perguntado sobre a dificuldade de acesso ao município, a representante informou que a comunidade não possui dificuldade de acesso para outras comunidades e nem ao município de Nordestina.

Município: Várzea do Poço -Ba

Nome da Comunidade: Comunidade Quilombola Laginha II

Representante: Ramon Trindade (Presidente da Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Laginha II)

Contato: (74) 99999-7757

A Coordenação de Meio Ambiente realizou contato por telefone com a Prefeitura Municipal de Várzea do Poço, solicitando o nome e telefone da liderança/representante da Comunidade Laginha II. Através de contato telefônico com o Presidente da Associação Comunitária, Sr. Ramon Trindade, a comunidade não possui certificação da Fundação Cultural Palmares, ressaltando que apenas 12 famílias são descendentes de escravos do total de aproximadamente de 50 famílias existentes na comunidade. É importante destacar que

o Sr. Ramon não estava presente na Consulta Pública realizada em 28/11/17, mas que no diagnóstico o Sr. Valter João vice-presidente da associação acompanhou os técnicos da SEINFRA. O Sr. Ramon informou que a comunidade reside há muitos anos e que a fonte de renda dos moradores é pecuária (criação de alguns animais) e a agricultura de subsistência (milho, feijão, mel, mandioca, dentre outros) que comercializa o excedente na feira livre do município. Na comunidade possui um grupo de 09 (nove) mulheres que produzem produtos derivados da mandioca (bolo, biscoito e beiju) que também são comercializados na feira livre de Várzea do Poço. Algumas famílias são beneficiárias do Bolsa Família e do Seguro Safra. A comunidade não possui escola, os alunos precisam se deslocar 6 km para o município através do transporte escolar da prefeitura. Não possui posto de saúde, porém uma vez por mês o médico, enfermeiro e agente de saúde atendem na associação comunitária de Laginha II. O abastecimento de água é feito por meio de cisterna e poço artesiano implantado pela CERB. O esgotamento sanitário é por meio de fossa séptica, o lixo geralmente queimado e os serviços de energia fornecido pela Coelba. Com relação aos meios de transportes que a comunidade utiliza são: moto, animais com carroça e carros particulares. De acordo com o representante a comunidade tem dificuldade no deslocamento, principalmente no período de chuva.

Município: Ichu-Ba

Nome da Comunidade: Comunidade Quilombola Flor Roxa (Comunidade Praianos)

Representante: PedroGeni

Contato: (75) 99983-2598

A Coordenação de Meio Ambiente realizou contato por telefone com a Prefeitura Municipal de Ichu, solicitando o nome e telefone do representante da Comunidade Quilombola Flor Roxa. Através de contato por telefone com o representante Sr. Pedro Geni, informou que a comunidade Flor Roxa reside na Comunidade de Praianos, não possui certificação diante da Fundação Cultural Palmares, reside no local a mais de 100 anos e é constituída por aproximadamente 230 habitantes, onde a maioria são beneficiários do Bolsa Família e do Seguro Safra. A fonte de renda dos moradores é a agricultura de subsistência (milho, feijão, mandioca etc.) e o excedente vende na feira livre do município. A comunidade é atendida por 01 (uma) escola de ensino fundamental, ensino médio os alunos precisam de deslocar para os municípios de Ichu e Serrinha. É importante destacar que os municípios de Ichu e Serrinha ficam a 15 Km da comunidade, segundo o representante a comunidade apesar de pertencer ao Município de Ichu, preferem realizar os serviços de compras, pagamentos no município de Serrinha, destacando que para Serrinha existe transporte regular todos os dias da semana. Com relação aos serviços de saúde a comunidade precisa se deslocar para o Posto de Saúde, localizado no Povoado de Licuri que fica 8 Km da Comunidade ou para o município. O abastecimento de água é através da Empresa Baiana de Águas e Saneamento – Embasa e cisterna, o esgotamento sanitário através de fossa séptica e o lixo é recolhido 01 (uma) vez por semana pelo carro da Prefeitura Municipal. Todas as unidades habitacionais possuem energia elétrica através da Coelba. No que diz respeito a mobilidade, a comunidade geralmente utiliza carro particular, moto e os alunos através do transporte da Prefeitura Municipal. De acordo com o Sr. Pedro a comunidade tem dificuldade de deslocamento no período de chuva.

Município: Capim Grosso-Ba

Nome da Comunidade: Comunidade Quilombola Cambueiro

Representante: Valdir Lima de Souza (Presidente da Associação Comunitária)

Contato: (74) 99983-2752

A Coordenação de Meio Ambiente realizou contato com a Prefeitura Municipal de Capim Grosso, solicitando o nome e telefone do representante da Comunidade Quilombola Cambueiro. Através de contato por telefone com Sr. Valdir, presidente da Associação Comunitária, informou que a comunidade Cambueiro é reconhecida pela Fundação Cultural Palmares, constituída por 40 famílias, a maioria recebe o benefício do Bolsa Família e Garantia Safra. Com relação a situação da terra, mencionou que não é certificada. A fonte de renda dos moradores é a agricultura de subsistência com venda mínima do excedente na feira livre do município de Capim Grosso, tendo como principais culturas o milho, a mandioca e o feijão e também o artesanato. A comunidade é atendida por uma escola municipal de ensino fundamental e não possui posto de saúde, precisam se deslocar 15 km para o distrito de Pedras Altas ou 30 km para o município de Capim Grosso. O abastecimento de água é através da Embasa e carro pipa. Alguns imóveis possuem fossa séptica e

o lixo geralmente é jogado em terreno baldio e queimado. Todos os imóveis possuem energia elétrica, através da Coelba. Em termos de mobilidade, a comunidade conta com o transporte escolar apenas para o distrito de Pedras Altas e para o município de Capim Grosso que fica 30 Km utilizam veículo particular e moto. De acordo com o Presidente da Associação, a condição de trafegabilidade fica bastante ruim no período de chuva. O representante informou que participou da consulta pública realizada no município de Capim Grosso.

Município: Pé de Serra – Ba

Nome da Comunidade: Comunidade Quilombola Piri

Representante: Raimunda Oliveira dos Santos (Desenvolve trabalho nessa comunidade através da Pastoral da Criança)

Contato: (75) 98290-6704

A Coordenação de Meio Ambiente realizou contato por telefone com a Prefeitura Municipal de Pé de Serra, solicitando informações do representante da comunidade quilombola Piri. O técnico da Prefeitura informou que esta comunidade não possui representante, mencionando que é uma localidade bastante carente e indicou a Sra. Raimunda, professora da Comunidade Caldeirão da Prima, localidade que fica a 3 km da Comunidade Piri. Através de contato com a Sra. Raimunda, informou que a Comunidade Quilombola Piri reside bastante tempo nesse local, as terras são de herdeiros, possui 12 famílias e aproximadamente 60 habitantes entre crianças e adultos. Com relação a atividade econômica, informou apenas pecuária, criação de bovinos visando o consumo do leite. A comunidade não possui Posto de Saúde, precisa se deslocar para o município de Pé de Serra que fica a 5 km da comunidade. Os estudantes de ensino fundamental deslocam através de transporte escolar da Prefeitura para a escola da Comunidade Caldeirão da Prima que fica a 3 Km. O abastecimento de água é através de carro-pipa da prefeitura e o lixo geralmente é jogado em terreno baldio e queimado. O serviço de energia elétrica é através da Coelba. A representante informou que os meios de transportes utilizados são: moto, bicicleta e ônibus para os alunos, a grande maioria vão andando para o município. A professora informou que é uma comunidade muito precária, sobrevivem apenas do benefício do Bolsa Família e de doações. Foi perguntado se a comunidade tem dificuldade no deslocamento, a Sra. Raimunda mencionou que existe um local ruim, principalmente no período das chuvas, ressaltando que recentemente a Prefeitura Municipal colocou cascalho, com isso melhorou.

Observação: A Prefeitura Municipal informou que essa comunidade não possui representação, portanto indicou uma professora que desenvolve trabalho com a comunidade através da Pastoral da Criança a qual realizamos a avaliação social.

Município: São Gonçalo dos Campos -Ba

Nome da Comunidade: Comunidade Quilombola Bete II

Representante: José Jorge Alves Pontes

Contato: (75) 98262-4887

A Coordenação de Meio Ambiente – CMAM realizou contato telefônico com a Prefeitura Municipal de São Gonçalo dos Campos, solicitando nome e telefone do representante da Comunidade Quilombola Bete II. Através de contato por telefone com o representante da comunidade, Sr. José Jorgemencionou que a comunidade é reconhecida pela Fundação Cultural Palmares e que as terras estão em processo de certificação perante ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Bete II é composta por aproximadamente 135 habitantes e 47 famílias, a maioria são beneficiários do Bolsa Família e residem a mais de 200 (duzentos) anos nessa localidade. A comunidade não dispõe de unidade de saúde e nem de escola, precisam se deslocar para os municípios de São Gonçalo dos Campos que fica a 23 km e também para Conceição da Feira com a distância de 25 km da comunidade Bete II. O cultivo do feijão, milho, mandioca e seus derivados (beiju, tapioca, farinha) constitui a principal fonte econômica da comunidade. Os derivados da mandioca são escoados pelo atravessador que visa comercializar em São Gonçalo e outros municípios vizinhos.

O único sistema de abastecimento de água é através de cisterna, em relação ao esgoto, as unidades habitacionais possuem fossa séptica e o lixo é jogado em terreno baldio e queimado. Possuem serviços de

energia elétrica fornecida pela Coelba. Em relação a mobilidade, a comunidade utiliza: ônibus escolar, moto, animal etc. De acordo com o representante, as condições de trafegabilidade da via de acesso para os municípios de São Gonçalo dos Campos e Conceição da Feira é bastante ruim, principalmente no período de chuva. Sr. José informou que não participou da consulta pública realizada no município.

Município: Ibipitanga-Ba

Nome da Comunidade: Castanhão

Representante: Ivonete (Agente de Saúde)

Contato: (77) 99158-4402 (Ivonete)

Outros Contatos: Helena – Presidente da Associação (77 – 99194-5589); Valdenice (77 -99120-9291).

Obs: O contato com a liderança foi por intermédio de Angelita, Secretária de Educação de Ibipitanga. A profissional escreveu uma dissertação de mestrado sobre a comunidade e é uma grande facilitadora.

Constituída por 43 famílias, a comunidade quilombola de Castanhão é existente desde o ano de 1918, quando o primeiro morador comprou o terreno onde hoje é a comunidade e construiu a primeira casa grande. Com o passar do tempo a família cresceu, se estendendo pelo que é hoje a comunidade, construída por meio de uma rede de parentesco.

Castanhão tem a certificação da Fundação Cultural Palmares há aproximados 3 meses (entrevista realizada no dia 30/04/2019). No que tange às atividades econômicas, alguns núcleos familiares plantam feijão e capim (cuja produção é bastante afetada pelas secas) e apenas 3 núcleos familiares sobrevivem da renda de empregos na prefeitura. De acordo com a entrevistada, o quilombo é bastante carente. A maioria dos núcleos familiares depende do repasse do Programa Bolsa Família e, os que plantam, do Programa Bolsa Safra nos períodos de seca.

A comunidade dispõe de posto de saúde, escola municipal e igreja católica.

Em relação aos serviços de saneamento básico, a água é recolhida via captação de água pluvial, pelo Programa Um Milhão de Cisternas – P1MC (cuja captação é de aproximadamente 16 mil litros), além do poço artesiano que, de acordo com a entrevistado, não passa por tratamento há mais de 30 anos, mas que serve para banho e lavar roupa. O poço artesiano é utilizado para beber apenas em períodos de seca muito forte.

O esgoto das casas é por fossa séptica e o lixo é coletado uma vez por semana. De acordo com a entrevistada ele é depositado em um tambor e separado para que a prefeitura realize a coleta seletiva. O lixo orgânico é destinado para alimentação de galinhas e porcos.

O serviço de energia é fornecido pela COELBA.

Segundo a entrevistada quando chove o deslocamento para a sede municipal e demais locais é muito comprometido. Os meios de transporte mais utilizados pela comunidade são moto e carro particular. Ônibus passa pela rodovia mais próxima, mas apenas às segundas-feiras. De acordo com a entrevistada são ônibus intermunicipais que vem de Ibiajara e Lagoa Queimada.

Município: Terra Nova -Ba

Nome da Comunidade: Fazenda Retiro

Representante: Sandra

Contato: (75) 98818-5846

Com cerca de 100 famílias, a comunidade quilombola de Fazenda Retiro existe há mais de 50 anos, embora sua associação quilombola tenha sua fundação desde 2017. Seu processo de certificação ainda está em tramitação pela Fundação Cultural Palmares – FCP.

De acordo com a liderança o nível de desemprego na comunidade é bastante alto, tendo como única fonte de renda o repasse do Programa Bolsa Família e, como sobrevivência, o plantio de mandioca, milho e a

criação de galinhas para o auto-consumo. Alguns núcleos familiares também trocam alimentos nos mercados situados na sede municipal.

Para a entrevistada, um dos grandes entraves para a comercialização de gêneros alimentícios é o acesso à cidade que é bastante ruim e impraticável nos períodos de chuva. Em virtude das más condições das estradas vicinais, a circulação de kombis ocorre apenas nas segundas-feiras, restando para a população o deslocamento a pé ou por meio de carona do transporte escolar.

Em Fazenda Grande não há posto de saúde, embora haja o acompanhamento de agente de saúde que afere pressão e realiza teste de diabetes com os comunitários. Tampouco há escolas, tendo que os estudantes se deslocarem até a sede municipal de Terra Nova.

Em relação ao saneamento básico, poucas casas dispõem de fossa séptica (na maioria dos lares o esgoto é despejado a céu aberto), o lixo é inteiramente queimado e a água é pega por fonte via tração animal. Muitas casas não possuem energia elétrica. Das poucas que dispõem o fornecimento é pela COELBA (aproximadamente 20 casas).

Município: Livramento de Nossa Senhora - Ba

Nome da Comunidade: Rocinha

Representante: Sra. Maria Regina Bonfim (Presidente da Associação Desenvolvimento Cultural Educacional do Quilombo da Rocinha)

Contato: (77) 9975-5593

Segundo a liderança a comunidade quilombola de Rocinha existe há mais de 100 anos e é constituída por escravos fugidios que se escondiam nos morros próximos ou até mesmo nas proximidades do município de Rio de Contas e com o passar do tempo migraram para onde está localizado atualmente o território do quilombo, sendo atualmente composta por 200 pessoas distribuídas entre 158 famílias com o predomínio na faixa-etária de 0 a 12 anos.

Rocinha é certificada pela Fundação Cultural Palmares, mas não possui ainda titulação de sua propriedade emitida pelo INCRA. A mesma dispõe de uma associação denominada Associação Desenvolvimento Cultural Educacional do Quilombo da Rocinha.

A comunidade é bastante envolvida com o artesanato, na produção de cipó pela palha de bananeira, no retalho de pano (fuxico), confecção de chapéus e produção de rapadura, cachaça e farinha, cuja transmissão do saber foi passada por seus antepassados quilombolas.

Além da produção artesanal a comunidade também está inserida na agricultura familiar, no cultivo de milho, feijão, manga e maracujá. Muitos dispõem do benefício do programa Plano Safra.

Todas as atividades econômicas citadas acima representam a principal renda dos núcleos familiares, embora o repasse do Programa Bolsa Família seja uma renda complementar para muitos. Todavia, segundo a liderança, muitas famílias vêm perdendo o benefício, visto que muitos pais de família migram para São Paulo, no período da safra, cuja contratação é via CLT, mesmo com o trabalho sazonal.

Toda a produção é comercializada individualmente. Os produtos artesanais são comercializados diretamente na cidade de Livramento. Já a produção agrícola é comprada por atravessadores.

No que tange os serviços públicos, a comunidade dispõe de Posto de Saúde e Escola Municipal. O esgoto é por fossa séptica, a água vem encanada da nascente mais próxima, o lixo é inteiramente queimado e a energia elétrica é pela Coelba.

De acordo com a liderança, a chegada da energia elétrica foi um atrativo para a vinda de núcleos quilombolas que moravam em regiões mais afastadas, como na baixa da serra e até mesmo de regiões situadas no território do município de Rio de Contas.

Tal organização social foi suficiente para a conurbação da comunidade quilombola com a comunidade de Itaguaçu que também passou a ser considerada quilombola pela Fundação Cultural Palmares, segundo a liderança entrevistada.

Historicamente Itaguaçu era uma região de engenho, onde situavam as casas grandes dos coronéis. As construções permanecem até os dias de hoje.

Em relação aos meios de transporte utilizados pela comunidade, a maioria utiliza motos e carros para se deslocarem até a sede municipal de Livramento de Nossa Senhora. Contudo, há linha de ônibus privada que passa diariamente na comunidade (manhã e final da tarde) ao custo de treze reais.

Segundo a liderança, os meses de novembro e dezembro as vicinais ficam bastante comprometidas por conta das chuvas, tornando-se muito escorregadias. Sendo assim, as obras de drenagem na comunidade serão muito bem vindas.

Município: Lamarão- Ba

Nome da Comunidade: Comunidade Quilombola – Sítio de Santana

Representante: Jaciara Carvalho de Almeida

Contato: (75) 98117-7826

Através de contato telefônico a representante Jaciara, da Comunidade Quilombola Sítio de Santana, informou que a localidade possui aproximadamente 150 famílias que residem na localidade há mais de 130 anos. A comunidade é certificada perante a Fundação Cultural Palmares e desenvolve atividade econômica voltada para agricultura, como, por exemplo, plantio de feijão, milho, mandioca etc. Produz Artesanatos originados da própria Associação da Comunidade contribuindo para complementar a renda das famílias. As famílias recebem o benefício Social do Bolsa Família.

A comunidade possui uma Escola Municipal de ensino fundamental, precisando de algumas melhorias no que tange a merenda escolar e material escolar. A representante mencionou que há um pequeno posto de saúde com frequência de médicos duas vezes por semana. A Comunidade utiliza água encanada da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A - Embasa e provinda de cisternas.

A representante informou não possuir Sistema de Esgotamento Sanitário e os resíduos sólidos são queimados porque a Coleta de lixo do município demora em torno de dois meses para ser realizada. A Comunidade possui serviço de energia elétrica fornecida pela Coelba. A distância entre a comunidade e o município é de 10 km, a representante informou que o acesso é complicado e que os meios de transporte mais utilizados pelos moradores são: cavalos, bicicletas e carros.